



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

FERNANDA MARTINS DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO
PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS DE PAIS E MÃES
DE FAMÍLIAS BINUCLEARES**

Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria
Aparecida Crepaldi

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Fernanda Martins de
Relação entre coparentalidade, envolvimento
parental e práticas parentais de pais e mães de
famílias binucleares / Fernanda Martins de Souza ;
orientador, Maria Aparecida Crepaldi, 2018.
74 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Coparentalidade. 3.
Envolvimento Parental. 4. Práticas Parentais. 5.
Divórcio/ Separação Conjugal. I. Crepaldi, Maria
Aparecida . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

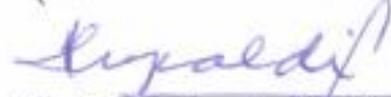
Fernanda Martins de Souza

***RELAÇÃO ENTRE COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO
PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS DE PAIS E MÃES DE
FAMÍLIAS BINUCLEARES***

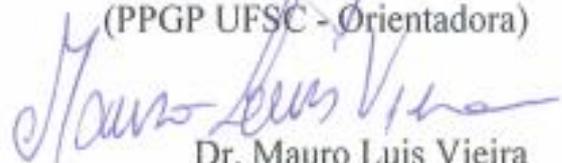
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 6 de Agosto de 2018.

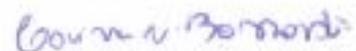
Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
(Coordenador - PPGP/UFSC)



Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP UFSC - Orientadora)



Dr. Mauro Luis Vieira
(PPGP UFSC - Examinador Interno)



Dra. Carina Nunes Bossardi
(MSGT UNIVALI - Examinadora Externa)

Dra. Andrea Barbará Bousfield
(PPGP UFSC - Examinadora Interna Suplente)

Dra. Maria de Fátima Joaquim Minetto
(PPGE UFPR - Examinadora Externa Suplente)

Este trabalho é dedicado ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe. Vocês são meus modelos – reais, possíveis e maravilhosos - de parentalidade e coparentalidade.

AGRADECIMENTOS

Todo início e final de ciclo é motivo de inquietude, frio na barriga, estresse, adaptação, nostalgia e reflexão. É sim, também, motivo de gratidão.

Gratidão primeiramente à vida, que na maior parte dos momentos me permitiu saúde, amor, encontros cheios de significados, experiências especiais e muitos aprendizados (por vezes difíceis) que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional e para que eu chegasse a esse momento.

Gratidão imensa à minha família que me deu todo o apoio e afeto necessário para que alçasse novos voos, que contribui e contribui para que eu siga cada vez mais comprometida com o ser humano que quero ser. Tenham certeza de que além de me sentir grata, eu honro a presença de cada um de vocês na minha vida.

Aos meus amigos e amigas (foram tantos) que no caminho me incentivaram, cada um a seu modo, por vezes me convidando para programas sociais e de lazer, discutindo e refletindo questões da pesquisa ou oferecendo o ombro para desabafos intermináveis nos momentos de desgaste. Sem dúvida vocês contribuíram para a minha saúde mental nesse processo e para a manutenção do meu engajamento diante dos desafios.

Gratidão à professora Cida que há tanto tempo e de tantas maneiras tem feito parte do meu caminho, para além de uma orientadora você foi, como costume dizer, minha “mãe acadêmica”, com todo seu conhecimento, carinho, respeito, compreensão e competência me guiou e me deu suporte nessa trajetória. Sigo sempre me inspirando em você!

Gratidão aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação, colegas de turma, colegas de outras turmas e aos colegas do Nepedi e Labsfac, que fizeram desse caminho do mestrado uma experiência menos solitária e muito mais rica, cheia de novos olhares, novas trocas, novos aprendizados.

Aos membros da banca, professores examinadores Mauro Luis Vieira e Carina Nunes Bossardi, e professoras suplentes Andrea Barbará da Silva Bousfield e Maria de Fátima Joaquim Minetto, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições preciosas para aprimorar esse trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela oportunidade de realizar o curso de mestrado e à coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos durante parte do mestrado.

Gratidão às secretárias do PPGP, atuais e que passaram pelo cargo durante o mestrado. Já estive do outro lado desse mesmo balcão, como bolsista Permanência de graduação, então compreendo o quanto pode ser difícil cuidar diariamente de um Programa de Pós-Graduação com tantos alunos! Obrigada por sempre responderem às dúvidas e demandas de maneira disponível e competente.

Ao Prof. Dr. Leandro Kruszielski pela disponibilidade e paciência com que me ensinou e me auxiliou durante o processo das análises estatísticas.

Aos pais e mães, tanto aos que participaram da construção e das aplicações piloto dos instrumentos, quanto aos que responderam à pesquisa. Gratidão imensa pela confiança, disponibilidade e pela oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a realidade bela e desafiadora do ser mãe e ser pai na configuração de família binuclear na atualidade.

*De todo o amor que eu tenho
metade foi tu que me deu
Salvando minh'alma da vida
sorrindo e fazendo o meu eu
(Dona Cila – Maria Gadú)*

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação insere-se no âmbito de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “*Envolvimento paterno no contexto familiar contemporâneo II*”. Tal projeto teve início no ano de 2015 e vem sendo realizado em parceria entre dois laboratórios vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC) e o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI). Ambos os laboratórios estão ligados ao Departamento de Psicologia da UFSC. Seus docentes integram o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, e pertencem à Área de Concentração 3 “*Saúde e Desenvolvimento Psicológico*” na linha de pesquisa 1 “*Saúde e Contextos de Desenvolvimento Psicológico*”.

O projeto mais amplo busca analisar como o funcionamento familiar interfere na organização dos cuidados voltados à criação dos filhos, em famílias biparentais e em pais e mães separados/divorciados bem como analisar quais implicações das relações entre diversas variáveis da família sobre o comportamento de crianças pré-escolares. O presente projeto de dissertação foi estruturado de maneira a integrar-se coerentemente aos pressupostos epistemológicos, teórico-metodológicos e aos objetivos do projeto maior. Entre a gama de variáveis e relações no projeto mais amplo, optei por investigar de que maneira a relação coparental, o envolvimento parental e as práticas parentais se apresentam no contexto dos pais e mães que passaram pelo processo de separação/divórcio (aqui chamados de pais e mães de famílias binucleares, conceito de Ahrons, 1994). Além disso, o intuito foi de compreender se, e de que maneira, tais fenômenos estão relacionados.

Concomitantemente ao primeiro ano de mestrado, na especialização em Terapia Relacional Sistêmica, tive o privilégio de fazer parte do processo terapêutico de várias famílias separadas/divorciadas com filhos pequenos como terapeuta de família. Conhecer as famílias na clínica me implicou em maior cuidado e empatia em cada detalhe da pesquisa. O pesquisar sobre esses constructos me fez estar mais atenta a trabalhar terapeuticamente aspectos de construção e resgate da parentalidade e acima de tudo estar atenta para o desafio de muitas famílias em construir uma relação coparental no contexto pós-separação / divórcio quando, por vezes, tal relação de fato já não funcionava efetivamente antes.

O trabalho que se apresenta a seguir é fruto dessa trajetória que, assim como a visão epistemológica adotada, foi uma trajetória complexa, repleta de significados, inquietações e conhecimentos construídos e desconstruídos continuamente.

Souza, F. M. **Relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares**. Florianópolis, 2018. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crepaldi.

RESUMO

Criar os filhos é por si só uma tarefa complexa que traz muitos desafios e responsabilidades para a díade parental. A separação/divórcio adiciona particularidades a essa tarefa e desafia pais e mães a seguir mantendo seu engajamento e uma relação coparental cooperativa e saudável. A presente dissertação integrou pressupostos do pensamento sistêmico e da psicopatologia do desenvolvimento e teve como objetivo principal investigar a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares. O Estudo 1 buscou identificar e analisar as contribuições dos estudos empíricos nacionais e internacionais em Psicologia, acerca da coparentalidade, do envolvimento parental e das práticas parentais, no contexto das famílias binucleares com crianças em idade pré-escolar. A revisão sistemática da literatura resultou em 17 artigos científicos sobre coparentalidade e sobre envolvimento parental. Não foram encontradas pesquisas quantitativas sobre práticas parentais após a separação conjugal com famílias de crianças em idade pré-escolar. A literatura indicou associação entre a coparentalidade mais cooperativa e melhores níveis de ajuste psicológico tanto dos pais quanto dos filhos, enquanto que a coparentalidade conflituosa esteve positivamente associada a problemas de internalização e externalização e negativamente associada ao comportamento pró-social infantil. Sobre envolvimento parental predominaram estudos especificamente sobre o envolvimento paterno, que esteve positivamente associado ao desenvolvimento dos filhos, em termos cognitivos e comportamentais. Destaca-se a carência e a importância de estudos quantitativos brasileiros sobre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais no contexto de separação/divórcio. O Estudo 2 se propôs a investigar empiricamente a relação dos fenômenos supracitados no contexto de pais e mães de famílias binucleares com crianças de 3 a 6 anos de idade. Foi realizado um levantamento de dados quantitativo e transversal, de caráter exploratório, descritivo e correlacional que contou com 45 participantes (24 mães 21 e pais), residentes nas cinco regiões do Brasil. Os instrumentos utilizados foram Questionário Sociodemográfico, Escala da Relação Coparental Inventário de Práticas Parentais, Questionário de Engajamento Paterno/Parental. Por meio das análises dos resultados constatou-se baixos escores na coparentalidade dos pais e mães divorciados/separados da amostra, principalmente nas dimensões de acordo coparental, suporte e divisão do trabalho coparental. Tanto os pais e mães apresentaram bons escores de envolvimento parental. Além disso, nem os baixos escores da coparentalidade e nem a alta sabotagem referida pelos pais influenciou o envolvimento paterno global. A coparentalidade esteve mais relacionada à forma como os pais e mães se envolveram nos papéis parentais do que com o quanto eles se envolveram globalmente com as crianças. Baixos escores na divisão do trabalho da coparentalidade estiveram associados ao maior envolvimento materno e ao exercício de práticas parentais negativas, tanto por parte de mães quanto de pais. Tais achados retratam um recorte da realidade que reforça a necessidade e urgência de práticas e programas de intervenção voltados para as famílias binucleares brasileiras, a fim de ajudá-los a promover relações familiares mais saudáveis que beneficiem o desenvolvimento das crianças e da família como um todo.

Palavras-chave: coparentalidade, envolvimento parental, práticas parentais, famílias binucleares, divórcio, separação conjugal.

ABSTRACT

Raising children is by itself a complex task that brings many challenges and responsibilities to the parental dyad. Separation / divorce adds particulars to this task and challenges parents to continue to maintain their engagement and a cooperative and healthy coparental relationship. The present dissertation integrated assumptions of systemic thinking and developmental psychopathology and its main objective was to investigate the relationship between coparenting, parental involvement and parental practices of parents and mothers of binuclear families. Study 1 sought to identify and analyze the contributions of national and international empirical studies in psychology, on coparenting, parental involvement, and parental practices in the context of binuclear families with pre-school children. The systematic review of the literature resulted in 17 scientific articles on coparenting and on parental involvement. No quantitative research on parental practices after marital separation with families of pre-school children was found. The literature has indicated an association between more cooperative coparenting and better levels of psychological adjustment of both parents and children, while conflicting coparenting has been positively associated with internalization and externalization problems and negatively associated with children's pro-social behavior. About parental involvement, studies on paternal involvement predominated, which were positively associated with the development of the children in cognitive and behavioral terms. We highlight the lack and importance of Brazilian quantitative studies on coparenting, parental involvement and parental practices in the context of separation / divorce. Study 2 proposed to empirically investigate the relationship of the phenomena mentioned above in the context of parents of binuclear families with children from 3 to 6 years of age. A quantitative and cross - sectional survey was carried out, with an exploratory, descriptive and correlational character, with 45 participants (24 mothers 21 and parents), living in 12 Brazilian states. The instruments used were the Sociodemographic Questionnaire, the Coparental Relationship Scale, Inventory of Parental Practices, the Parental Engagement Questionnaire. The results showed lower scores in coparenting in the divorced / separated parents of the sample, principally in the dimensions of coparenting agreement, support and division of childrearing work. Both mothers and fathers presented good scores of parental involvement. Besides, neither lower scores in coparenting or the high sabotage reported by the parents influenced the global paternal involvement. The coparenting was more related to how fathers and mothers became involved in parental roles with children than to how much they became involved. Low scores in the division of labor in coparenting was associated with greater maternal involvement and the exercise of negative parental practices, both by mothers and fathers. These findings portray a reality cut that reinforces the need for and urgency of practices and intervention programs for Brazilian binuclear families in order to help them promote healthier family relationships that benefit the development of children and the family as a whole.

Keywords: coparenting, parental involvement, parental practices, binuclear families, divorce, marital separation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação das hipóteses de relações entre os fenômenos de interesse do Estudo	
2	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Variáveis, instrumentos e tipos de análise utilizados para responder aos objetivos da pesquisa	40
Tabela 2. Resumo de caracterização sociodemográfica dos participantes	44
Tabela 3. Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões da coparentalidade	47
Tabela 4. Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões do envolvimento parental	48
Tabela 5. Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões das práticas parentais	48
Tabela 6. Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes aos perfis de práticas parentais	49

Sumário

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos	20
1.1.1 Objetivo geral	20
1.1.2 Objetivos específicos	20
1.1.2.1 Objetivos específicos do Estudo 1	20
1.1.2.2 Objetivos específicos do Estudo 2	20
2. FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÕES TEÓRICAS	21
2.1 Pensamento Sistêmico e pesquisa com famílias	21
2.2 Abordagem conceitual da Psicopatologia do Desenvolvimento Humano	22
2.3 Coparentalidade	23
2.4 Envolvimento parental	25
2.5 Práticas parentais	26
2.6 Famílias binucleares	28
3. HIPÓTESES DO ESTUDO 2	30
4. MÉTODO	34
4.1. Delineamento do Estudo 1	34
4.1.1 Procedimentos do Estudo 1	34
4.1.2 Análise dos dados do Estudo 1	35
4.2 Delineamento do Estudo 2	36
4.2.1 Participantes do Estudo 2	36
4.2.2 Procedimentos do Estudo 2	36
4.2.3 Instrumentos do Estudo 2	37
4.2.4 Análise dos dados do Estudo 2	40
4.2.5 Aspectos éticos	41
5. RESULTADOS	42
5.1 Síntese dos resultados do Estudo 1	42
5.2 Síntese dos resultados do Estudo 2	43
5.2.1 Caracterização sociodemográfica das participantes	43
5.2.2 Síntese dos resultados sobre coparentalidade	45

5.2.3 Síntese dos resultados sobre envolvimento parental	46
5.2.4 Síntese dos resultados sobre práticas parentais	47
5.3 Resumo do Artigo 1	50
5.4 Resumo do Artigo 2	51
6. DISCUSSÃO INTEGRADA	52
6.1 Resposta e discussão sobre hipóteses do Estudo 2.....	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	74

1. INTRODUÇÃO

A família é um “sistema ativo em constante transformação, que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes”, mantendo, portanto, sua coesão e permitindo a diferenciação de seus membros (Andolfi, Angelo, Menghi & Nicolo-Corigliano, 1984, p. 18). A partir dessa compreensão, parte-se do pressuposto de que a família é um importante locus de processos desenvolvimentais.

A criação dos filhos é por si só uma das tarefas mais difíceis com a qual as famílias precisam lidar (McGoldrick, 1995). O processo de separação/divórcio por sua vez acaba por gerar estresses e conflitos familiares adicionais, o que faz com que as famílias que vivenciam esse processo tenham dificuldades acrescidas na tarefa de criar e manter uma aliança parental (Ahrons, 1994). O maior obstáculo enfrentado, principalmente pelos ex-cônjuges, é dar conta da tarefa de continuar o envolvimento parental e o compartilhamento dos cuidados com os filhos (Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2010; McGoldrick, 1995).

A parentalidade é entendida enquanto processo constituído por um conjunto de tarefas que os progenitores/cuidadores exercem para garantir o cuidado, a educação e o desenvolvimento físico, psicológico e social criança (Barroso & Machado, 2010). Ao falar sobre parentalidade e os fatores que a influenciam, Belsky (1984) ressalta a função essencial e protetiva que a participação e apoio do pai para com a mãe exerce do ponto de vista do desenvolvimento humano.

Segundo o autor a relação conjugal serve como o sistema de suporte de primeira ordem para os pais e mães, exercendo efeito positivo sobre o senso de competência parental e o funcionamento dos pais. Desde o compartilhamento de preocupações sobre a criança, até mesmo quando um marido deixa sua companheira saber que ela é amada e querida, de modo geral esses sentimentos positivos afetam o cuidado e, portanto, são consideradas formas indiretas de apoio emocional (Belsky, 1984). Nesse sentido, o contexto das famílias binucleares é bastante complexo, pois além de não mais disporem do subsistema conjugal como uma fonte de apoio dos pais e mães em sua parentalidade, é necessário lidar com arranjos de guarda e com adaptação à nova configuração familiar. Se nos sistemas familiares os subsistemas da parentalidade, da conjugalidade e da coparentalidade estão interrelacionados na tarefa de criação dos filhos, após o divórcio/ separação o desafio é que

os subsistemas da parentalidade e da conjugalidade sigam funcionando adequadamente após a dissolução da conjugalidade.

Ao falar de coparentalidade, duas noções principais estão em jogo: a compreensão do sistema coparental como triádico, composto pelos dois adultos cuidadores e uma criança (Böing, 2014; Böing, & Crepaldi, 2016); e a relação de uma díade coparental, duas pessoas em suas funções parentais envolvidas de maneira recíproca, conjunta e coordenada com objetivo de criação e cuidados com a criança. Essas figuras são responsáveis pelo compartilhamento e sobreposição de funções e responsabilidades, além do apoio à parentalidade do outro (Feinberg, 2003).

O conceito de práticas parentais se refere ao que de fato cada uma dessas figuras parentais fazem para educar e socializar os filhos, seja por meio de orientações, controle, reforço ou punição de comportamentos, etc. (Kobarg et al., 2010). As práticas parentais estão voltadas ao desenvolvimento de habilidades sociais e valores morais na criança, negociação das regras de convivência, responsabilidade, independência, disciplina e autonomia (Gomide, 2006). Além das práticas parentais, criar os filhos também implica em envolvimento parental.

Já o envolvimento parental é mais amplo que as práticas parentais, é a relação entre o pai e a criança, e a mãe e a criança, incluindo aspectos diretos (cuidados básicos, lazer, brincadeiras, etc) e indiretos (lembrar e se preocupar com a criança quando não está com ela, etc.) (Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985). Originalmente as pesquisas focaram especificamente o envolvimento paterno e a partir do conhecimento desse constructo derivou a noção de envolvimento parental (Grzybowski & Wagner, 2010b).

Uma vez que a separação/divórcio modifica tanto a configuração do sistema familiar, como o exercício da tarefa de criação dos filhos, a coparentalidade, o envolvimento parental e as práticas parentais são fenômenos de grande relevância para compreender de que maneira os pais e mães de famílias binucleares seguem se engajando nessa tarefa. Nesse sentido, o principal objetivo desse trabalho foi responder à seguinte pergunta de pesquisa: **“qual a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais no contexto de pais e mães de famílias binucleares?”**

A presente dissertação está dividida em dois estudos:

- ESTUDO 1 - COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS EM FAMÍLIAS BINUCLEARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.

- ESTUDO 2 – RELAÇÃO ENTRE COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS DE PAIS E MÃES DE FAMÍLIAS BINUCLEARES.

Ambos buscaram responder à mesma pergunta e objetivo global, porém diferem em seus objetivos específicos, conforme apresentados a seguir.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares.

1.1.2 Objetivos específicos

1.1.2.1 Objetivos específicos do Estudo 1

- Caracterizar as contribuições das pesquisas empíricas nacionais e internacionais em Psicologia acerca da coparentalidade, do envolvimento parental e das práticas parentais no contexto das famílias binucleares.
- Caracterizar os estudos coletados no que se refere ao ano de publicação, às especificidades da amostra, e ao delineamento metodológico.
- Compreender a relação entre as variáveis coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais no contexto de famílias binucleares.

1.1.2.2 Objetivos específicos do Estudo 2

- Caracterizar o relacionamento coparental de pais e mães de famílias binucleares.
- Caracterizar o envolvimento parental da amostra.
- Caracterizar as práticas parentais utilizadas pelos participantes.
- Descrever a relação entre envolvimento parental e práticas parentais.
- Comparar o envolvimento parental e as práticas parentais de pais e mães.
- Descrever a relação entre coparentalidade e envolvimento paterno dos participantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÕES TEÓRICAS

2.1 Pensamento Sistêmico e pesquisa com famílias

Esse estudo fundamenta-se no pensamento sistêmico, cuja visão integradora vai além da linearidade causal e considera os fenômenos a partir de três pressupostos norteadores: a *complexidade* que implica necessariamente na contextualização dos fenômenos e na rede de interrelações entre eles. A *instabilidade* que compreende o mundo e todos os fenômenos em processo constante de transformação e, necessariamente, admite a imprevisibilidade, a incontrollabilidade e a indeterminação, como inerentes aos processos de conhecer e pesquisar tais fenômenos. Além da *intersubjetividade*, que concebe a realidade como dependente do observador e reconhece, portanto, as muitas versões possíveis da realidade como válidas (Vasconcellos, 2013).

A partir dessa postura epistemológica, o conhecimento científico é entendido como construção social de espaços consensuais, em que estudar os fenômenos é admitir estudar suas tendências e aproximações possíveis das realidades (Vasconcellos, 2013). Consonante a essa epistemologia, pesquisar famílias implica, necessariamente, em considerar que o foco será para as relações em contexto e que se está optando necessariamente por um recorte específico, que se propõe a uma aproximação possível dos fenômenos. Assume-se ainda que a mudança em um membro ou um grupo de membros (subsistema) acarretará mudanças em todos os demais integrantes do sistema familiar, nas relações estabelecidas entre eles e no sistema como um todo. Tal pressuposto traz consigo a noção de que as relações complexas de influência precisam ser consideradas ao estudar famílias (Cervený, 2000; Cervený & Berthoud, 2010).

Nesse estudo, portanto, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento de famílias serão compreendidos como processos complexos em que uma diversidade de fatores estão interrelacionados de maneira recursiva e determinam seus rumos e desfechos. Em consonância com essa escolha epistemológica, o substrato teórico da presente dissertação será composto pelas seguintes teorias/perspectivas: a) abordagem conceitual da psicopatologia do desenvolvimento humano; b) compreensão da coparentalidade com base no Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003); c) compreensão teórica do envolvimento parental a partir de Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985) e a partir dos estudos de Paquette (2004a, 2004b, 2009); d) compreensão teórica de práticas parentais a partir das definições dimensionais de Block (1965, 1981).

2.2 Abordagem conceitual da Psicopatologia do Desenvolvimento Humano

A psicopatologia do desenvolvimento humano é uma perspectiva teórica cujo foco é compreender inter-relações entre os fenômenos, variáveis e processos psicológicos que concorrem para favorecer habilidades ou disfunções, e estabelecer desfechos desenvolvimentais resilientes ou desadaptativos. Nesse processo, as características individuais são contextualizadas em relação a diversas áreas sociais da vida das pessoas – família, escola, vizinhança, grupos de pares, cultura e momento histórico (Sameroff, 2009, 2010, 2011).

As variáveis que aumentam a probabilidade de desenvolvimento desadaptativo são entendidas como de fatores de risco e, por sua vez, as variáveis que interagem com esses fatores de risco de modo a diminuir seus impactos são concebidas como mecanismos de proteção, pois modificam as respostas das pessoas em situações adversas protegendo o curso desenvolvimental, com efeito redutor da desadaptação (Rutter, 1985). Essa perspectiva implica que a produção do conhecimento científico contribua com modelos probabilísticos, no estudo das condições adversas e protetivas do desenvolvimento humano (Toth & Cicchetti, 2010).

É importante destacar que a compreensão do modo como as variáveis se relacionam, para interferir no desenvolvimento humano não deve ser entendida como predições deterministas, mas sim buscar entender de maneira aproximada os intercâmbios que ocorrem dinamicamente entre aspectos individuais e de contextos (Sameroff, 2009, 2010). Os seis primeiros anos de vida englobam marcos fundamentais para o processo de maturação da autorregulação (Sameroff, 2009) e é justamente nas faixas etárias pré-escolar e escolar em que os fatores ecológicos (contextuais da família) e habilidades cognitivas demonstraram exercer maior influência nos desfechos desenvolvimentais (Werner, 1986). Parte-se, então, da compreensão de que a interação entre a criança e os componentes contextuais da família (a coparentalidade, o envolvimento parental e as práticas parentais se inserem aqui) e do ambiente externo a ela constituem-se como desencadeadores de riscos e de mecanismos de proteção no desenvolvimento dela mesma e dos pais e mães.

Comportamentos parentais positivos, como o envolvimento, a aceitação, a afetividade, a orientação positiva, estão associados a comportamentos infantis socialmente competentes, maior maturidade cognitiva e aceitação por pares, além de baixos níveis de problemas exteriorizados e interiorizados (Rubin, Burgess, Dwyer, & Hastings, 2003). O papel parental

ativo na disciplina está associado à percepção de maior competência social infantil pelos professores, assim como um papel parental ativo no envolvimento com brincadeiras, está associado a menor manifestação de problemas comportamentais nas crianças (Dubeau, Coutu, & Lavigne, 2013). A competência parental e a capacidade das figuras de cuidado de proteger e de regular emocionalmente as crianças, juntamente com capacidade de resolução de problemas dos pais estão associadas a menores indicadores de relações interpessoais violentas das crianças (Bigras, Crepaldi, & Lima, 2011).

Por outro lado, a ocorrência de estresse parental mostrou-se associado a problemas emocionais da criança e viver em uma família em que um dos genitores não residia no lar mostrou-se associado a problemas de comportamento infantil (Goodman, Fleitlich-Bilyk, Patel, & Goodman, 2007). A desvantagem econômica associada à ausência paterna no lar, situação muito comum nas famílias após a separação/divórcio, constituem condições que interferem no envolvimento materno, uma vez que as mães sobrecarregam-se nas funções parentais (Brito, Cardoso, & Oliveira, 2010; Taylor & Wang, 2000), o que permite considerar a configuração de família monoparental como potencial risco para o desenvolvimento dos membros.

Além disso, a relação dos pais com a criança é influenciada pela relação conjugal e pela coparentalidade (Majdandzic, Vente, Feinberg, Aktar, & Bögels, 2011) que tem sido apontada entre os componentes essenciais para a harmonia sistêmica da família, bem como para melhores desfechos das famílias em que há a dissolução da conjugalidade (Feinberg, 2003; Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

Nesse sentido, a presente dissertação integrou pressupostos da psicopatologia do desenvolvimento e do pensamento sistêmico para elaborar um processo de investigação integrado e relacional. Considera-se que não é a separação/divórcio que representa por si só um risco ao desenvolvimento, pois há uma gama de outros fatores. Nesse interjogo de elementos busca-se compreender como se apresentam a coparentalidade, o envolvimento parental e as práticas parentais nas famílias binucleares e se, e de que maneira, esses aspectos podem se traduzir em fatores de risco ou de proteção repercutindo nas trajetórias de pais, mães e filhos.

2.3 Coparentalidade

Há registros na literatura de que os primeiros estudos sobre coparentalidade na década de 80 foram realizados com famílias divorciadas (Feinberg, 2003). Ao longo dos últimos

quinze anos, o estudo empírico e teórico da coparentalidade se ampliou para famílias biparentais e resultou na concepção de três modelos teóricos mais difundidos para compreensão desse fenômeno: o Modelo de Margolin, Gordis e John (2001); o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003) e Modelo de Van Egeren e Hawkins (2004). Esses modelos buscam a compreensão dos fatores determinantes, mantenedores e influenciadores da coparentalidade (Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

No presente estudo optou-se por utilizar o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade, por se tratar de um modelo teórico sistêmico, coerente aos pressupostos epistemológicos e teóricos dessa dissertação. Trata-se de um modelo que se propõe, através de uma visão complexa e multicomponente, explicar a estrutura da coparentalidade e compreender como cada componente influencia no ajustamento parental, na parentalidade, na relação interparental e no ajustamento da criança (Feinberg, 2003). Conforme esse modelo a coparentalidade é composta pelas seguintes dimensões:

Acordo ou Desacordo nas Práticas Parentais: O primeiro componente se refere ao nível de concordância entre as figuras parentais, sobre os assuntos referentes à criança, sobre as necessidades emocionais da criança, os valores morais, padrões de educação, expectativas de comportamento, as regras de disciplina e de relação da criança com os pares. Quando a discordância se cronifica em forma de conflito ao longo do tempo, pode acarretar o enfraquecimento da unidade coparental fazendo com que os pais recorram a estratégias descoordenadas de cuidados e não se apoiem mutuamente (Feinberg, 2003; Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005).

Divisão do Trabalho: O trabalho mencionado nessa dimensão tem a ver com as tarefas e responsabilidades rotineiras dos pais referentes à criança. Diz respeito à divisão desde tarefas domésticas, cuidados legais, médicos e até financeiros envolvidos na criação dos filhos. O quanto essa divisão atende às expectativas e crenças das figuras parentais definirá o quanto pais e mães reconhecem-se satisfeitos nesse quesito e satisfeito sobre sua forma de negociar. Quando as expectativas não são atendidas, pode acarretar aumento de estresse parental de modo a interferir na interação calorosa e sensível com a criança (Feinberg, 2003).

Suporte/ Sabotagem: Tem a ver com a capacidade da díade parental de exercer uma postura suportiva mútua. Ou seja, o quanto os pais e mães conseguem afirmar a competência do outro como pai/mãe, e apoiar a parentalidade do parceiro, o quanto conseguem respeitar as contribuições e sustentar as decisões e a autoridade do outro. Por outro lado essa dimensão

caracteriza também o quanto os pais e mães sabotam o outro através de depreciações, críticas, culpabilizações. Ou ainda, o quanto assumem uma postura competitiva, em que o ganho em termos de autoridade ou calor do pai/mãe para com a criança é vista pelo (a) parceiro (a) como perda para si (Feinberg, 2003).

Gestão Conjunta das Relações Familiares: O último elemento componente da coparentalidade pode ser entendido como englobando três aspectos: a) a gestão por parte de pais e mães sobre os próprios comportamentos e sobre a comunicação com os outros dentro do sistema familiar, considerando que os comportamentos interparentais tem influência sobre a parentalidade e sobre os filhos; b) a gestão das fronteiras que são estabelecidas pelos comportamentos e atitudes parentais, que contribuem para o engajamento ou exclusão de outros membros da família da relação interparental. c) o terceiro aspecto da gestão das interações familiares tem a ver com as variações interparentais que contribuem para as relações familiares equilibradas, ou seja, o modo com que um dos membros da díade parental assume a liderança enquanto o outro em determinada situação se retrai (Feinberg, 2003).

2.4 Envolvimento parental

A definição teórica de envolvimento parental que tem sido utilizada na pesquisa mais ampla, à qual o presente estudo faz parte, deriva da definição do conceito de engajamento paterno, fruto do trabalho da equipe ProSPère, sediada no Québec (Canadá). No sentido ampliado do termo, envolvimento (usado como sinônimo de engajamento) engloba interações diretas ou indiretas de pais e mães, biológicos ou não, para com os filhos, e inclui a preocupação contínua das figuras parentais para com o desenvolvimento e o bem-estar físico e psicológico da criança (Dubeau, Devault, & Paquette, 2009).

O envolvimento é constituído de três componentes (Lamb et al., 1985): *Interação* - refere-se ao engajamento dos pais em interações diretas com a criança, seja para o cuidado ou para o compartilhamento de atividades ou brincadeiras. *Acessibilidade* - refere-se à capacidade dos pais de estarem presentes e disponíveis para os filhos física e psicologicamente para que as interações diretas ou indiretas ocorram. *Responsabilidade* - tem a ver com a capacidade dos pais assumirem a função de cuidado e de garantirem os recursos necessários ao bem estar da criança (incluindo uma gama de aspectos como comprar alimentos, roupas, garantir acompanhamento médico, o cuidado substitutivo quando não está presente, participar da vida escolar, etc.).

Entende-se, portanto, que pais e mães com bons níveis de envolvimento são aqueles que cuidam, que são afetuosos e que também disciplinam os filhos, ou seja, que estão presentes na vida da criança, participam ativamente das tarefas diárias e dos cuidados físicos da mesma, conseguem oferecer suporte emocional, afeto, tranquilizar e encorajar a criança, seja através de palavras ou de gestos, promovem o suporte material/ financeiro, pensam e se preocupam com a criança mesmo quando não estão com ela (Dubeau, Devault, & Paquette, 2009). A relação dos pais e mães com a criança pode ser influenciada por diversos aspectos, desde sociodemográficos (Saraff & Srivastava, 2009), passando pela relação conjugal, relação interparental e pela coparentalidade (Bolze, 2011; Majdandzic et al., 2011).

Há evidências de que, no envolvimento parental, o pai em geral se ocupa com educação e ensinamentos morais, sustento e jogos físicos/brincadeiras enquanto a mãe se ocupa por mais tempo com aspectos afetivos, de cuidado, proteção e em confortar a criança (Lamb, 1997; Paquette 2004a, 2004b). Tais aspectos denotam especificidades e complementaridade nos papéis, porém, pesquisas no contexto brasileiro tem demonstrado que essas funções não necessariamente são fixas e imutáveis. Embora as mães continuem se envolvendo mais com os filhos do que os pais, o tipo de envolvimento dos pais tem se modificado, apresentando índices de suporte emocional à criança que não se observavam no envolvimento paterno tradicional de algumas décadas atrás, em que os pais exerciam predominantemente a função de provedores (Bolze, 2016; Bossardi, 2015; Gomes, 2015).

2.5 Práticas parentais

Uma das funções parentais é de socializar as crianças e para que esse processo ocorra é necessário que a criança aprenda quais comportamentos são aceitáveis em seu contexto social, cultural e histórico, e quais não são (Darling & Steinberg, 1993). Para dar conta dessa tarefa, pais e mães se utilizam de práticas parentais, ou seja, de estratégias específicas que tem efeito de orientar, controlar ou reforçar os comportamentos da criança (Kobarg et al., 2010). A socialização é exercida pelas crianças conforme o que é aprendido com as práticas educativas (Karpinski & Hilton, 2001) e essas práticas atuam no desenvolvimento infantil de forma a propiciar tanto comportamentos antissociais como pró-sociais, de acordo com a intensidade e frequência com que os pais as utilizam (Gomide, 2006).

Grande parte das publicações em Psicologia que tentam realizar um levantamento histórico acerca do estudo das práticas parentais referenciam os trabalhos de Baumrind (1966) como sendo os estudos pioneiros sobre esse fenômeno. Entretanto, em 1964 e 1965

Block (1965) também empreendeu estudos interessada na interação entre mães e seus filhos e, buscando sistematizar a mensuração das práticas utilizadas nessa interação, propôs através da elaboração de um instrumento (*Child Rearing Practices Report – CRPR*, ou Inventário de Práticas Parentais, Block, 1965) uma compreensão dimensional. De qualquer modo, de fato a década de 60 parece ter sido o marco dos primeiros estudos publicados sobre práticas parentais.

Daquele período até dos dias atuais, diversos autores têm conceituado práticas parentais ou práticas educativas parentais de maneiras diferentes e proposto modelos e instrumentos de mensuração variados. Darling e Steinberg (1993) destacam duas tendências ou abordagens: existe uma gama de estudos interessados em conhecer separadamente os componentes das práticas parentais, suas dimensões (abordagem dimensional) como os estudos de Block (1965, 1981 e 1984); e existe uma gama de estudos interessados em identificar de que maneira se combinam essas dimensões para resultar em tipologias de perfis de práticas parentais (abordagem configuracional), tais como práticas autoritárias, permissivas, negligentes ou autoritativas (Baumrind, 1966), práticas coercitivas e não coercitivas ou indutivas (Hoffman, 1975), práticas positivas e negativas (Gomide, 2006).

Assim como os modelos teóricos, a conceituação das práticas parentais também é bastante diversa entre os autores. Podem ser entendidas como ações educativas de pais que visam contribuir para o desenvolvimento de valores, crenças e atitudes de seus filhos (Karpinski & Hilton, 2001); como conjunto de comportamentos específicos dos pais e mães, cognições, atitudes e afetos que buscam responder a demandas também específicas do cotidiano da vida familiar (Darling & Steinberg 1993); ou ainda como as estratégias às quais os pais e mães recorrem para educar seus filhos (Hoffman, 1975).

O Estudo 2 se utiliza do instrumento e das pesquisas de Block (1965, 1981 e 1984), cujas versões mais atuais avaliam as práticas parentais concentradas em dois fatores: *nurturance* (cuidado adequado) e *restrictiveness* (controle restritivo). A dimensão de *cuidado adequado* se refere à disposição do progenitor de compartilhar com a criança seus sentimentos e experiências, de ser afetivo, lhe demonstrar aceitação e ser responsivo às necessidades da criança. A dimensão de *controle restritivo* se refere às práticas parentais de alto nível de controle comportamental da criança, o estabelecimento de limites rigorosos e a aprovação das regras, expectativas e restrições rígidas.

A dimensão de *cuidado adequado* avalia a disposição do progenitor de compartilhar com a criança seus sentimentos e experiências, de ser afetivo, lhe demonstrar aceitação e ser responsivo às necessidades da criança. Os itens da dimensão de *controle restritivo* descrevem

as práticas parentais de alto nível de controle comportamental da criança, o estabelecimento de limites rigorosos e a aprovação das regras, expectativas e restrições rígidas (Gagnon, 2012).

O perfil de práticas parentais é caracterizado por uma combinação e predominância de determinadas práticas parentais, por exemplo, o perfil “autoritário”, é caracterizado por práticas parentais de controle, pouco apoio à criança e imposições de regras. O perfil de práticas “autoritativo” é composto de práticas de apoio à criança combinadas a regras bem definidas e constantes (Atzaba-Poria & Pike, 2015; Ato et al., 2014; Gavita et al., 2014; Baumrind, Larzelere, & Owens, 2010).

Os elementos que compõem o perfil de práticas parentais autoritário são: Controle autoritário (manifestação de imposições físicas e verbais de pais, repreensões, punições, proibições e privação de privilégios e afetos ou o uso de ameaças à aplicação dessas atitudes); Supervisão da criança (monitoramentos autoritários, em que os pais observam constantemente o comportamento infantil); e Controle por indução de ansiedade (ameaças verbais e/ou não-verbais sobre a consequência dos atos infantis, geralmente por meio de coisas ruins que podem acontecer com a criança) (Dekovic, 1989, Gagnon, 2012, Kochanska et al., 1989).

Já os elementos que compõem o perfil de práticas parentais autoritativo são: Orientação racional (promover a compreensão da criança quanto às implicações de seus comportamentos e as razões que podem justificar possíveis escolhas em suas ações); Encorajamento de independência (estimular a criança a tomar decisões de maneira mais autônoma e a conhecer as consequências de seus atos); Expressão de afeto (demonstrar afetividade, sejam verbalmente ou fisicamente) (Dekovic, 1989, Gagnon, 2012, Kochanska et al., 1989). Em uma compreensão ampliada e integrada, as práticas parentais englobam a negociação de regras de convivência e a promoção de valores morais e habilidades sociais, a disciplina, autonomia, a responsabilidade e a independência (Gomide, 2006).

2.6 Famílias binucleares

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foram registrados no Brasil 341,1 mil divórcios em 2014, ante 130,5 mil registros em 2004. É um salto de 161,4% em dez anos (IBGE, 2015). Ressalta-se que esse número crescente de famílias representa apenas os processos formalizados judicialmente, portanto, o número real de famílias que estão vivenciando a separação conjugal pode ser ainda maior.

Compreende-se que a família continua sendo uma unidade após a dissolução conjugal e que, como todo sistema familiar, continua com tarefas e desafios ao longo do seu ciclo vital (McGoldrick, 1995). As transformações na configuração faz com que o núcleo único, que antes funcionava em um lar, passe a existir em duas casas distintas geridas por cada uma das figuras parentais. Na presente dissertação foi adotado o conceito de *famílias binucleares* (Ahrns, 1994) para demarcar essa noção de que a família permanece sendo unidade e para referir-se aos pais/mães e filhos que compunham anteriormente uma família nuclear e que vivenciaram a separação/divórcio, independentemente do tipo de arranjo de guarda atual, da existência ou não de recasamento.

O processo de separação/divórcio é considerado uma situação complexa caracterizada por um rompimento no sistema familiar que traz inúmeras mudanças na parentalidade (McGoldrick, 1995). Porém, a separação conjugal também pode atuar como propulsora de mudanças e reorganizações positivas em termos relacionais e de funções na família (Ahrns, 1994; Lamela et al., 2010). De uma maneira ou de outra, conhecer a realidade das famílias nesse contexto é imprescindível para a prática profissional e para a modificação da realidade.

Almeja-se com esse trabalho, para além da aproximação de um recorte da realidade dessas famílias, que o conhecimento científico produzido possa embasar empiricamente e reforçar a necessidade de elaboração de projetos e políticas públicas que contemplem a psicoeducação de pais e mães que passam pela separação/divórcio. Ademais, espera-se implicar os profissionais dos mais variados setores da sociedade na importante tarefa de, através de suas intervenções, estimular a competência do cuidado parental e de modelos de parentalidade e de coparentalidade que promovam o desenvolvimento dos filhos. Por meio desse processo, contribuir com promoção de saúde e desenvolvimento de famílias que passam pela separação/divórcio e a prevenção de psicopatologias e agravos psíquicos nesse contexto.

3. HIPÓTESES DO ESTUDO 2

Hipótese 1: A coparentalidade de pais e mães de famílias binucleares é influenciada negativamente pelos baixos níveis de acordo sobre as práticas parentais e pelo baixo envolvimento paterno.

Há registros na literatura de que estudos da década de 1980 com famílias binucleares já mostravam que não era o divórcio, por si só, nem sequer específicos acordos de guarda, que afetavam negativamente a adaptação da criança, mas sim um conjunto de fatores pós-divórcio, sendo o mais importante o conflito interparental, seguido da ausência do pai e da desvantagem econômica (Feinberg, 2003).

A Hipótese 1 está intimamente ligada à dimensão da coparentalidade *acordo e desacordo sobre as práticas parentais*. Feinberg (2003) destacou que há evidências de que o desacordo agudo ou crônico pode levar à dificuldade em formar estratégias educativas coordenadas, mútua sabotagem e crítica, e / ou conflito interparental hostil.

O conflito interparental é citado nos estudos com famílias binucleares como elemento que exerce influência na coparentalidade (Grzybowski & Wagner, 2010a; Lamela, Castro, & Figueiredo, 2010; Lamela, Figueiredo, & Bastos, 2013). A presença de flexibilidade entre a díade parental nos arranjos e nas combinações sobre as crianças foi referida tanto pelos pais quanto pelas mães de famílias binucleares como aspecto que influencia positivamente o exercício da coparentalidade, bem como foi relatado menos conflitos nessas relações (Grzybowski & Wagner, 2010a).

Portanto, no que concerne às respostas dos pais, quanto menores os indicadores de acordo coparental, mais o conflito coparental está presente, maiores são os indicadores de sabotagem e menores são os indicadores de envolvimento paterno global influenciando negativamente a coparentalidade.

Hipótese 2: Quanto menores os escores na divisão do trabalho coparental referidos pelas mães das famílias binucleares, maior é o envolvimento materno e mais elas exercem práticas parentais negativas.

Os modelos teóricos sobre envolvimento parental e sobre coparentalidade afirmam que mesmo nas famílias nucleares em que os pais coabitam com a família, as mães assumem a responsabilidade final para quase todas as questões referentes à criança, bem como executam a maioria das tarefas domésticas (Lamb, 1995; Feinberg, 2003). Esse dado é também corroborado por estudos mais recentes que ressaltam que além do envolvimento

global, as mães se envolvem mais com os filhos do que os pais na maior parte das dimensões, tais como: suporte emocional, abertura para o mundo, disciplina, cuidados básicos e evocações (Bossardi, 2011; Bossardi, 2015; Gomes, 2015).

Tal situação se repete com as mães de famílias binucleares, as mães se envolvem mais que os pais (Brito et al., 2010; Grzybowski & Wagner, 2010b). Há indícios de que essa desigualdade no envolvimento parental e no exercício das práticas parentais está ligada também ao superfuncionamento e sobrecarga das mães no envolvimento parental, sendo desencadeador de grande desgaste emocional para elas (Grzybowski & Wagner, 2010a). Quanto às repercussões dessa sobrecarga na parentalidade e nas práticas parentais, Belsky (1984) destacou estudos nos quais as mães, quando receberam menos suporte do pai da criança e da rede de apoio, se utilizaram mais de técnicas de punição autoritárias.

Além disso, na literatura mais recente há relato da presença de práticas parentais negativas no envolvimento parental de mães de famílias binucleares, principalmente na dimensão disciplina (Grzybowski & Wagner, 2010b). Em estudo comparativo sobre o tipo de práticas parentais entre mães de famílias nucleares e mães divorciadas/separadas Leme, Marturano e Fontaine (2010) destacam que mães separadas/divorciadas há menos de três anos investem com menor frequência na educação dos filhos e manifestam afeto, com menor frequência, quando comparadas às mães de famílias nucleares.

Há relatos ainda de que quando as mães eram detentoras da guarda e coabitavam com os filhos, elas eram responsáveis pelo exercício da maior parte das práticas parentais, enquanto que os pais que não possuíam a guarda e não coabitavam com a criança, frequentemente, ficavam responsáveis pelas práticas e envolvimento no espaço público/social (práticas de lazer, brincar, etc.) (Brito et al., 2010; Grzybowski & Wagner, 2010b).

Adiciona-se a esses dados outros resultados qualitativos que apontam que essa “confusão” sobre as funções dos pais influencia o exercício da parentalidade de ambos, pais e mães, bem como a qualidade da relação coparental. Esse processo afeta a maneira como os pais percebem a sua própria parentalidade e, também, a maneira como as ex-companheiras percebem e valorizam a parentalidade deles. Nessa situação, as mães acabam por fornecer suporte reduzido ao exercício da parentalidade dos ex-companheiros e podem até exercer sabotagem em relação às práticas parentais deles (Brito et al., 2010).

A partir dos dados apresentados, hipotetiza-se que quanto menores os escores referidos pelas mães na divisão do trabalho coparental, maior o envolvimento materno e mais as mães das famílias binucleares exercem práticas parentais negativas. Por outro lado, quanto mais igualitariamente as mães perceberem a divisão do trabalho coparental, mais práticas

parentais positivas estão presentes (conduta democrática, orientação constante, estimulação e encorajamento de autonomia e liberdade de expressão de autonomia, ou seja, práticas parentais autoritativas).

Hipótese 3: Os pais e mães das famílias binucleares apresentam baixos escores na coparentalidade global e isso influencia negativamente o envolvimento paterno global.

Conforme explorado de maneira mais indireta nas hipóteses 1 e 2, tem sido consenso entre diversos resultados de pesquisas e entre a concepção do Modelo de Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade que as relações coparentais caracterizam-se como uma influência importante sobre o envolvimento paterno (Feinberg, 2003).

Em seu estudo longitudinal com 120 famílias nucleares, Rongfang, Kotila, & Schoppe-Sullivan (2011) corroboram essas considerações acerca da coparentalidade. Ao estudar a influência da coparentalidade sobre a relação entre o envolvimento paterno e o desenvolvimento socioafetivo infantil, os resultados destacaram que o envolvimento paterno no cuidado e brincadeiras com as crianças foi fator preditor da diminuição dos problemas de externalização e internalização, e do aumento da competência social, somente quando a coparentalidade positiva estava presente nas famílias. Ou seja, a coparentalidade moderou o efeito do engajamento paterno sobre o desenvolvimento socioafetivo dos filhos.

Outro aspecto importante para compreensão dos mecanismos da coparentalidade atuando sobre o envolvimento paterno é o quanto o pai se sente apoiado ou não na sua parentalidade pela mãe da criança, e o quanto as mães conseguem fornecer esse apoio e atuarem como facilitadoras, ou seja, a função “*maternal gatekeeping*”¹. Teóricos bastante conhecidos na área das interações familiares também destacaram esse tema. Belsky (1984), por exemplo, ressaltou que o fato de o pai receber apoio da mãe da criança promove um elevado senso de competência parental paterna, mesmo com outros fatores presentes como o temperamento difícil da criança, por exemplo. Em seus estudos sobre o envolvimento paterno, Lamb et al. (1985) também mencionou o papel da mãe e da relação conjugal, dentre outros fatores, na determinação do envolvimento paterno.

Estudos mais recentes estão consoantes com essas considerações, revelando que as crenças, percepções e atitudes das mães diante da função do pai podem promover ou impedir maiores níveis de participação do pai no cuidado direto com os filhos. Há dados retratando

¹ Considerada uma dimensão coparental que se refere especificamente à função de mediação materna do envolvimento do pai para com os (as) filhos (as). Ver Dyer, Kaufman, Fagan, Pearson e Cabrera (2017), Fagan e Cherson (2017) e Puhlman e Pasley (2017).

ainda que a percepção materna da coparentalidade e o envolvimento da mãe funcionam como preditores do envolvimento do pai (Hui-Hua, 2013). Quando a relação com a mãe da criança é satisfatória e harmoniosa, os pais se mostram mais envolvidos com os filhos em diversos âmbitos da vida dos mesmos (Turcotte & Gaudet, 2009; Monteiról, 2010), sendo que em pesquisas nacionais, o aumento do envolvimento paterno em função da relação com a mãe da criança se deu principalmente nas dimensões de jogos físicos e cuidados básicos (Bossardi, 2015). Algumas pesquisas com famílias binucleares também confirmam que a relação com a ex-esposa influencia o envolvimento paterno nas práticas de disciplina dos filhos (Brito et al., 2010; Grzybowski & Wagner, 2010b).

Por fim, se a coparentalidade é considerada um dos determinantes do envolvimento paterno, se a relação harmoniosa com a mãe da criança é também um aspecto importante para o envolvimento do pai, se o pai se engaja mais quando sua parentalidade é endossada pela mãe, hipotetiza-se então que: os pais e mães apresentam baixos escores de coparentalidade, influenciada principalmente pelos baixos níveis de *acordo sobre as práticas parentais* e de *divisão do trabalho* e elevados indicadores de *sabotagem coparental*.

Hipotetiza-se ainda que o envolvimento paterno é baixo nas famílias binucleares influenciado negativamente pela elevada sabotagem da parentalidade dos pais por parte de suas ex-companheiras, corroborando com achados da literatura que revelam presença de sabotagem por parte da mãe em relação à parentalidade do pai nas famílias que passaram por divórcio/separação (Brito et al., 2010). A fim de ilustração, as relações entre os fenômenos coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais em pais e mães de famílias binucleares, exploradas nas três hipóteses supracitadas, estão representadas na Figura 1:

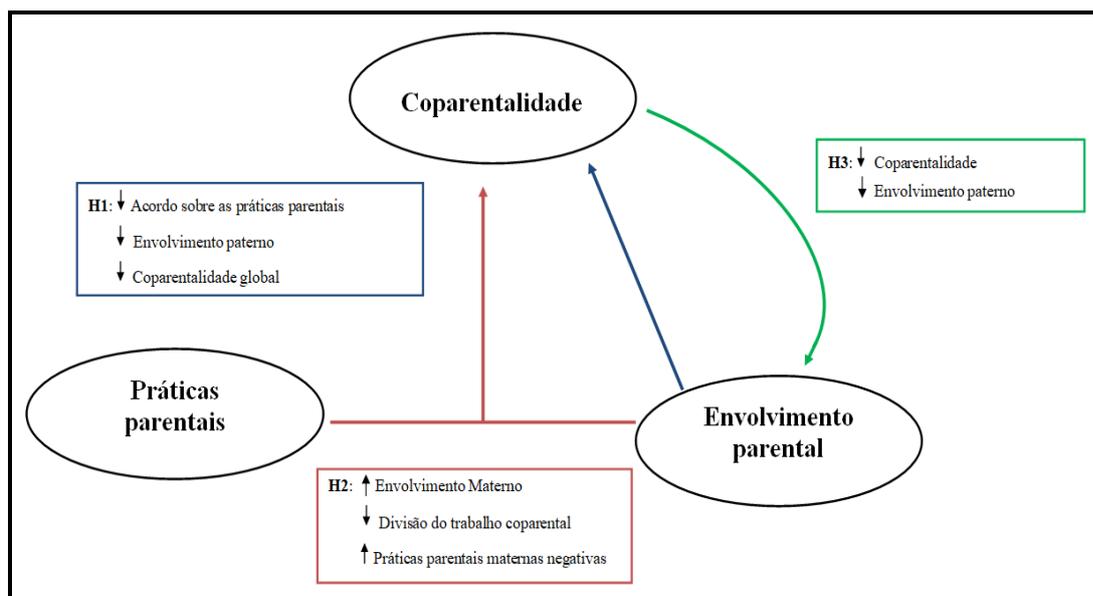


Figura 1: Representação das hipóteses de relações entre os fenômenos de interesse do Estudo 2.

4. MÉTODO

4.1. Delineamento do Estudo 1

O estudo 1 trata-se de uma revisão sistemática da literatura, método de sumarização de pesquisas prévias que acarreta produzir um estudo reflexivo, crítico e compreensivo, portanto, vai além da mera descrição cronológica dos estudos (Zoltowski, Costa, Teixeira & Koller, 2014).

4.1.1 Procedimentos do Estudo 1

A revisão sistemática compreendeu as etapas: 1. Busca das publicações científicas em base de dados, por meio de descritores preestabelecidos; 2. Leitura dos títulos e dos resumos para seleção dos artigos relacionados aos objetivos; 3. Recuperação e exame, na íntegra, dos artigos selecionados; e 4. Síntese, análise e integração das contribuições dos estudos. Inicialmente, buscou-se os termos que se referem às temáticas de interesse na base de Terminologia em Psicologia da BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia) e na base de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Os descritores pertinentes encontrados foram: “divórcio” e “separação conjugal”. Os demais termos “coparentalidade”, “envolvimento parental” e “práticas parentais” não constaram nas

bases de terminologia citadas. Porém, mesmo não estando listados nas bases nacionais de terminologia, optou-se por utilizá-los como termos de busca por considerá-los relevantes para compreensão e definição teórica dos fenômenos.

A busca pelos artigos foi realizada em agosto de 2017, por meio do Portal Periódicos CAPES/MEC (com acesso institucional), em que foram selecionadas as bases *PsycINFO*, *Web of Science* e Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVSPsi) na qual foram incluídas todas as bases. Para a seleção dos estudos em cada uma das três bases para leitura na íntegra, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: 1. Tipo de publicação: somente artigos publicados em periódicos indexados (não incluindo teses, dissertações e outros tipos de publicações); 2. Ano de publicação: artigos publicados entre os anos de 2012 e 2017.

Os critérios de exclusão também foram previamente estabelecidos: i) Idioma do artigo na íntegra: optou-se somente por artigos publicados em português ou inglês (as bases *Web of Science* e BVS-Psi ofereciam a ferramenta de filtro por idioma previamente às buscas, porém a base PsycInfo não ofereceu essa ferramenta, portanto o idioma foi inserido como critério de exclusão; ii) Recorte metodológico: optou-se somente por artigos de pesquisas empíricas, excluindo-se estudos de revisão de literatura, qualitativos, teóricos e relatos de validação de instrumentos/escalas; iii) Recorte temático: foram excluídos artigos que contemplavam os construtos de interesse, porém com foco em outras especificidades, como: avaliação de programas de intervenção, estudos com amostras clínicas/referidas, com famílias de crianças de desenvolvimento atípico e com famílias nucleares; iv) Idade das crianças da amostra: artigos que não contemplassem famílias com crianças em idade pré-escolar (3 a 6 anos) foram excluídos; e v) Tipo de acesso: artigos cujo texto na íntegra estivesse indisponível.

4.1.2 Análise dos dados do Estudo 1

A ordem de análise do recorte temático dos artigos se deu primeiro pelos resumos, com caráter eliminatório. Foi utilizado o gerenciador de referências Zotero para importar e organizar os artigos encontrados, bem como durante todo o processo de inclusão e exclusão. Além disso, o presente estudo de revisão sistemática e seu relato foram conduzidos com base na adaptação da metodologia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA* (Moher & Tsertsvadze, 2006), que consiste em uma série de diretrizes para revisões sistemáticas e engloba uma lista de verificação de itens que versam sobre os principais pontos tanto a serem analisados nos artigos encontrados.

4.2 Delineamento do Estudo 2

O estudo 2 caracteriza-se como um levantamento de dados quantitativo e transversal. Define-se quantitativo por utilizar instrumentos de medida de auto-relato (como escalas, por exemplo) e de análise estatística para determinar os padrões de comportamento dos fenômenos bem como testar hipóteses previamente definidas, e como transversal por interessar-se em coletar dados e analisar um único momento específico na trajetória de vida dos participantes, referente ao espaço e tempo atuais (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013).

Trata-se de uma pesquisa descritiva e correlacional, uma vez que se propõe a descrever ou especificar as características de determinados fenômenos ou populações, além de buscar o estabelecimento de relação ou a avaliação do grau de associação entre as variáveis em determinado contexto (Gil, 2002; Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). Os critérios, procedimentos, instrumentos e técnicas adotados foram utilizados no projeto mais amplo do qual esse estudo faz parte e foram adaptados ao recorte específico dessa dissertação.

4.2.1 Participantes do Estudo 2

No total, 65 pessoas responderam à pesquisa, porém a amostra final contou com 45 participantes no total. Os dados de 20 participantes foram descartados através das respostas às perguntas confirmatórias sobre os critérios de inclusão, quais sejam: a) Ter um (a) filho (a) com idade entre 3 e 6 anos com desenvolvimento típico; b) Ambos, pai e mãe, tinham 18 anos completos ou mais quando do nascimento da criança focal; c) O (a) respondente coabitou com a criança e a (o) ex-companheira (o) na mesma casa por um período de tempo igual ou maior que seis meses; d) O (a) respondente e a (o) ex-companheira (o) estavam separados há pelo menos seis meses.

4.2.2 Procedimentos do Estudo 2

A coleta de dados se deu de maneira virtual, os instrumentos foram disponibilizados em formato de formulário *online* autoaplicáveis. O processo para realização da coleta de dados cumpriu as seguintes etapas: preparação e estudo em profundidade dos instrumentos a serem utilizados; transposição dos instrumentos e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para formato de formulário *online*; teste de aplicação, para teste dos

instrumentos, com seis respondentes (três mães e três pais); revisão do formulário; elaboração e revisão das estratégias e do material de divulgação da pesquisa; publicação do formulário *online* para recebimento de respostas; encerramento da coleta com desativação do formulário para impedir o recebimento de novas respostas. A pesquisa foi disponibilizada para respostas no período entre maio de 2017 e janeiro de 2018 e a divulgação se deu por meio de publicações e cartazes digitais veiculados periodicamente em diversas redes sociais e em grupos virtuais de pais e de mães separados/divorciados direcionados às temáticas sobre a criação dos filhos pequenos.

O formulário contou com sete seções separadas, a primeira consistiu em um texto de breve apresentação da pesquisa e instruções para os respondentes, uma sessão para apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que o respondente para continuar no processo obrigatoriamente precisou preencher uma caixa com a frase “Declaro que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, por meio dele, dou meu consentimento em participar dessa pesquisa”.

Na sequência, uma sessão para cada instrumento em que todas as perguntas eram de resposta obrigatória para evitar *missings*², e uma sessão de encerramento na qual foi realizado agradecimento pela participação, disponibilizado um espaço para os respondentes manifestarem ou não interesse de receber os resultados globais da pesquisa, por email e para manifestarem comentários e/ou informações complementares, caso desejassem.

4.2.3 Instrumentos do Estudo 2

Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Escala de Relação Coparental, Inventário de Práticas Parentais e Questionário de Engajamento Paterno/Parental. A aplicação se deu nessa sequência, com preenchimento completo do formulário com duração aproximada de 40 minutos.

- *Questionário Sociodemográfico (QS)*: instrumento original foi desenvolvido por pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Infantil (NEPeDI/ UFSC), com perguntas que contemplaram o estado de residência dos respondentes, cor/raça, escolaridade, renda familiar, além de características da criança focal (idade e sexo). O instrumento foi adaptado a fim de conhecer aspectos específicos e inerentes à vida das famílias binucleares, adicionando-se questões sobre o tipo de guarda, separação amigável ou

² Informações perdidas nos questionários.

conflituosa, suporte financeiro, classificação da qualidade da relação com o/a ex-companheiro/a, etc. Mesmo com a divulgação da pesquisa previamente direcionada, pelo caráter da coleta *online* e autoaplicada, optou-se por incluir no questionário sociodemográfico algumas perguntas confirmatórias para os critérios de inclusão.

- *Escala da Relação Coparental* (ERC – Coparenting Relationship Scale/ CRS) (Feinberg, Brown, & Kan, 2012), embasada na Teoria da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003). O instrumento é composto por 35 itens, com escala de 7 pontos de não verdadeiro (0) a completamente verdadeiro (6), exceto para a subescala *Conflito*, na qual as categorias de resposta variam de nunca (0) a muito frequentemente (6). As sete subescalas que compõem a CRS são divididas nos quatro domínios teóricos anteriormente descritos (ver seção “Coparentalidade”): a) acordo coparental, com uma subescala (quatro itens); b) divisão de tarefas parentais, com uma subescala divisão do trabalho (2 itens); c) suporte/ sabotagem com as três subescalas: apoio coparental (quatro itens), reconhecimento da parentalidade do parceiro (sete itens), e sabotagem coparental (seis itens); e d) administração conjunta das interações familiares com as subescalas exposição a conflitos (2 itens) e proximidade coparental (cinco itens).

A versão da ERC utilizada no presente estudo passou, concomitantemente à realização da pesquisa, por adaptação transcultural no contexto brasileiro com famílias biparentais (para detalhes ver Carvalho et al., 2018), na qual os alfas de Cronbach para cada subescala variaram entre 0,16 e 0,83. Na versão aplicada às famílias binucleares os alfas de Cronbach variaram entre 0,21 e 0,89. Na presente pesquisa substituiu-se o termo “companheiro (a)” por “ex-companheiro (a)” para aplicação com pais e mães de famílias binucleares, tal alteração foi citada em pesquisa anterior pelo autor do instrumento (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016).

- *Inventário de Práticas Parentais* (*Child Rearing Practices Report – CRPR*) é uma escala utilizada para avaliar os estilos parentais de pais e mães, desenvolvido inicialmente por Block (1965), validado por Rickel e Biasatti (1982) nos Estados Unidos e por Dekovic, Janssens e Gerris (1991) na Holanda. Inicialmente desenvolvido com 91 itens agrupados em 21 fatores, propostos a partir da observação da interação entre mães e filhos. O CRPR foi reformulado com base na organização de dois fatores: *nurturance* (cuidado adequado) e *restrictiveness* (controle restritivo), reduzindo o número de itens a 35 e aumentando a confiabilidade do inventário (Dekovic et al., 1991; Kochanska, Kuczynski, & Radke-Yarrow, 1989). Na versão utilizada pela presente proposta de pesquisa, originalmente aplicada por Gagnon (2012), os itens do inventário estão apresentados como afirmações acompanhadas de

uma escala ordinal de 6 graus de concordância, variando de “não me descreve de maneira alguma” até “me descreve muito bem”. Essa versão foi adaptada transculturalmente e validada no contexto sul-brasileiro com famílias biparentais (Valadão, 2018), na qual os 35 itens se mantiveram agrupados em 8 fatores: *Comportamento autoritário* (9 itens); *Supervisão da criança* (2 itens); *Restrição* (3 itens); *Controle por indução de ansiedade* (2 itens); *Conduta democrática* (3 itens); *Orientação Constante* (3 itens); *Estimulação e encorajamento de autonomia* (6 itens); *Liberdade e expressão de autonomia* (7 itens). Nessa validação os alfas de Cronbach foram 0,82 para o perfil Autoritativo e 0,76 para os itens do perfil Autoritário. Na aplicação com pais e mães de famílias binucleares os alfas de Cronbach foram 0,78 para os itens do perfil Autoritativo e 0,67 para os itens do Perfil Autoritário.

- *Questionário de Engajamento Paterno/Parental (QEP)*: Desenvolvido pela equipe *ProsPère*, sediada no Canadá interessada em estudar a paternidade, este instrumento foi validado no Canadá com uma amostra de 468 famílias biparentais, com pelo menos um filho entre zero e seis anos de idade (Paquette, Bolte´c, Turcotte, Dubeau, & Bouchard, 2000). Utiliza duas escalas de 6 pontos para avaliar com que frequência os pais realizam determinadas atividades com seus filhos. O instrumento original é composto por 56 itens distribuídos em sete dimensões: *Suporte emocional*, referente a gestos e palavras que tranquilizam e encorajam a criança; *Abertura ao Mundo*, diz respeito a incentivar a criança a ir mais longe e a explorar o ambiente; *Cuidados Básicos* se refere a fornecer cuidados essenciais à sobrevivência como alimentar, vestir e dar banho. *Jogos Físicos*, diz respeito a interagir com a criança fisicamente por meio de gestos e brincadeiras, se refere a pensar, lembrar e/ou falar da criança; *Disciplina* remete às ações de controle de comportamentos, ou seja, ao ato de corrigir e repreender a criança; *Tarefas de Casa* compreende as atividades com a casa em geral, ou seja, fazer compras, preparar as refeições e se ocupar da limpeza e dos consertos necessários. A versão utilizada nesse estudo passou por adaptação transcultural e validação para o contexto brasileiro com famílias biparentais, culminando no total de 36 itens, divididos em cinco dimensões: *Cuidados diretos e indiretos*, *Suporte emocional*, *Evocações*, *Jogos físicos e abertura ao mundo*, *Disciplina* (Bossardi et al., no prelo). Nessa adaptação, Os alfas de Cronbach variaram entre 0,55 a 0,90 entre as dimensões do instrumento, enquanto que na aplicação com famílias binucleares variaram entre 0,75 e 0,92.

4.2.4 Análise dos dados do Estudo 2

Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva, que busca caracterizar as variáveis estudadas utilizando-se de informações e valores de suas modalidades, da distribuição de frequências e de porcentagens para as variáveis categóricas, bem como média, mediana e desvio padrão para as variáveis contínuas (Sampieri et al., 2013). Nesse sentido, foram analisadas descritivamente as variáveis: coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais bem como as variáveis sociodemográficas dos participantes.

Tendo em vista que o presente estudo se propõe correlacional e, portanto, pretende ir além da descrição da distribuição das variáveis estudadas, após a etapa descritiva, foi utilizada análise estatística inferencial para avaliar o grau de relação entre as variáveis (Dancey & Reidy, 2006; Sampieri et al., 2013). Para operacionalização das análises foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS versão 22.0) e os procedimentos adotados estão relacionados aos objetivos específicos da pesquisa, conforme ilustrado no Tabela 1:

Tabela 1

Variáveis, instrumentos e tipos de análise utilizados para responder aos objetivos da pesquisa

Objetivos Específicos	Variáveis / Instrumentos	Análises Estatísticas
Caracterizar o relacionamento coparental de pais e mães de famílias binucleares.	Coparentalidade (ERC)	Análise descritiva (frequências, médias, desvios-padrão e medianas)
Caracterizar o envolvimento parental da amostra.	Envolvimento Parental (QEP)	Análise descritiva (frequências, médias, desvios-padrão e medianas)
Caracterizar as práticas parentais utilizadas pelos participantes.	Práticas Parentais (CRPR)	Análise descritiva (frequências, médias, desvios-padrão e medianas)
Descrever a relação entre envolvimento parental e práticas parentais.	Envolvimento e Práticas Parentais (QEP + CRPR)	Análises inferenciais correlacionais segundo a natureza dos dados
Comparar o envolvimento parental e as práticas parentais de pais e mães.	Envolvimento Paterno e Envolvimento Materno (QEP pais + QEP mães) Práticas Parentais Paternas e Práticas Parentais Maternas (CRPR pais + CRPR mães)	Análises inferenciais correlacionais segundo a natureza dos dados
Descrever a relação entre coparentalidade e envolvimento paterno.	Coparentalidade e Envolvimento Parental (ERC + QEP pais)	Análises inferenciais correlacionais segundo a natureza dos dados

Para verificar a associação ou relacionamento entre variáveis categóricas do estudo (sociodemográficas) foi utilizado o teste Qui-quadrado de independência (χ^2). Cabe ressaltar que foram tomados os devidos cuidados para não violar as hipóteses do teste χ^2 , isto é, de observar que não mais que 25% das células obtidas na tabela de cruzamento das variáveis tivessem frequências esperadas menores do que cinco, para que o resultado pudesse ser considerado significativo ($p < 0,05$).

Quanto à análise da distribuição de normalidade dos dados, foi utilizado o teste *Kolmogorov-Smirnov* para um conjunto de dados o qual apontou normalidade apenas para uma situação de análise, referente à coparentalidade e às práticas parentais ($p > 0,05$), não indicando normalidade para todas as outras análises ($p < 0,01$). Ao considerar isto e também o fato de que o tamanho da amostra foi relativamente pequeno ($n=45$), optou-se por utilizar uma estatística não-paramétrica, conforme (Siegel & Castellan Jr., 2006). Nesse sentido, foi adotado tratamento estatístico não-paramétrico (teste *Mann-Whitney* para amostras independentes) para todas as três variáveis³. O teste *Mann-Whitney* objetiva verificar a existência de diferença estatisticamente significativa entre médias de duas condições, sendo adotado quando há participantes diferentes em cada condição – duas amostras independentes, neste caso pais e mães (Dancey & Reidy, 2006).

Em seguida, com objetivo de analisar a relação entre variáveis contínuas do estudo, a qual fosse improvável de acontecer devido ao erro amostral, isto é, ao acaso, determinar a direção dessas relações (se positivas, negativas ou zero) e a força da magnitude, foram realizadas análises de correlação bivariadas a partir do coeficiente de correlação *Rho de Spearman* com nível de significância de 5%.

4.2.5 Aspectos éticos

A presente pesquisa esteve pautada e atendeu às especificações da resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Como já mencionado, esta pesquisa se insere no projeto “*Envolvimento paterno no contexto familiar contemporâneo IP*”, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC) sob o parecer consubstanciado de nº 1.514.798. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I) conteve os objetivos do estudo sobre os quais os

³ A título de conhecimento, foi realizada também análise com base na parametrização das variáveis que apresentou os mesmos resultados.

participantes foram informados, foi firmado o compromisso da pesquisadora para com o respeito ao anonimato e à voluntariedade da participação dos mesmos na pesquisa, bem como o respeito ao direito de desistência em qualquer etapa da pesquisa. Os contatos telefônicos e email da pesquisadora foram disponibilizados tanto no TCLE, quanto ao final do formulário online e nos cartazes de divulgação da pesquisa.

5. RESULTADOS

Os resultados completos dos estudos 1 e 2 foram organizados em dois artigos de acordo com normas da *American Psychological Association* (APA, 2012), conforme os padrões de publicação da maioria das revistas científicas de Psicologia. Tendo em vista que ambos serão submetidos à publicação, nessa seção serão apresentadas apenas sínteses dos resultados de cada estudo e o resumo dos artigos 1 e 2.

5.1 Síntese dos resultados do Estudo 1

No Estudo 1 foram encontradas 404 publicações. Dessas, 160 foram excluídas por duplicidade, restando em 244 resumos lidos. As duas autoras atuaram como juízes independentes e realizaram a leitura dos resumos e estudos na íntegra, com o objetivo de delimitar aqueles que atendiam ao objetivo desta revisão sistemática. Após exclusão conforme critérios pré-definidos, foram incluídos 31 artigos para leitura na íntegra. Por fim, 17 artigos compuseram a amostra final de análise.

Quanto às principais contribuições sobre coparentalidade a presente revisão sistemática indicou associações entre a coparentalidade e ajustamento psicológico nas famílias após o divórcio. Alguns dos estudos dedicaram-se especificamente a investigar a relação entre a qualidade da coparentalidade e os problemas de internalização, externalização e comportamento pró-social nas crianças.

Nos estudos sobre envolvimento parental, por sua vez, predominaram contribuições especificamente sobre o envolvimento paterno. Dentre elas a relação entre envolvimento paterno e desenvolvimento dos filhos. O envolvimento paterno também foi explorado com outras variáveis como recasamento dos pais, qualidade da relação com o ex-cônjuge, apoio parental, estabelecimento de regras, a coordenação coparental, etc.

Por fim, as pesquisas sobre coparentalidade e sobre envolvimento parental exploraram, na sua grande maioria, elementos diferentes, porém houve predominante interesse na influencia da coparentalidade e do envolvimento parental no desenvolvimento

das crianças. Ainda que de maneira mais modesta e indireta, os estudos trazem dados que corroboram a existência de relação entre a coparentalidade e o envolvimento paterno e parental. Ressalta-se a importância de futuras investigações ampliarem o interesse para outras variáveis familiares e para a inter-relação das mesmas. Os resultados completos desse estudo serão apresentados em artigo a ser publicado intitulado *Coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais em famílias binucleares: uma revisão sistemática de literatura*, cujo resumo encontra-se na seção “5.3 Resumo do Artigo 1”.

5.2 Síntese dos resultados do Estudo 2

A síntese dos resultados do Estudo 2 está organizada da seguinte maneira: serão apresentados os resultados concernentes aos objetivos exploratórios (caracterização sociodemográfica dos participantes, em seguida a caracterização da coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais dos pais e mães de famílias binucleares que participaram do estudo). Os resultados quanto aos objetivos correlacionais entre os três constructos serão apresentados apenas em artigo a ser publicado intitulado *Relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares*, cujo resumo encontra-se na seção “5.4 Resumo do Artigo 2”. As respostas às hipóteses do Estudo 2 são apresentadas na sessão “6. Discussão Integrada”.

5.2.1 Caracterização sociodemográfica das participantes

A amostra final foi composta por 45 respondentes, não houve *missing* nas respostas, 24 eram mães (53,3%) e 21 eram pais (46,7%), residentes nas cinco regiões do Brasil, distribuídos em cinco regiões diferentes conforme mostra a Tabela 2. O sexo da criança focal ficou dividido entre 23 meninas (51,1%) e 22 meninos (48,9%).

Tabela 2
Resumo de caracterização sociodemográfica dos participantes

Variáveis Sociodemográficas	N	(%)
Região de residência		
Sul	23	51,1
Sudeste	15	33,3
Centro-oeste	4	8,9
Nordeste	2	4,4

Norte	1	2,2
Total	45	100
<hr/>		
Etnia/Cor		
Branca	38	84,4
Parda	6	13,3
Preta	1	2,2
Total	45	100
<hr/>		
Escolaridade		
Ensino fundamental incompleto	1	2,2
Ensino médio completo	7	15,6
Ensino superior incompleto	8	17,8
Ensino superior completo	15	33,3
Pós-graduação	14	31,1
Total	45	100
<hr/>		
Renda mensal por residência		
Acima de R\$ 7.501,00	14	31,1
R\$7.001,00 a R\$7.500,00	2	4,4
R\$6.001,00 a R\$6.500,00	1	2,2
R\$5.501,00 a R\$6.000,00	1	2,2
R\$5.001,00 a R\$5.500,00	1	2,2
R\$4.501,00 a R\$5.000,00	3	6,7
R\$4.001,00 a R\$4.500,00	3	6,7
R\$3.501,00 a R\$4.000,00	3	6,7
R\$2.001,00 a R\$2.500,00	4	8,9
R\$1.501,00 a R\$2.000,00	3	6,7
R\$1.001,00 e R\$1.500,00	7	15,6
R\$501,00 a R\$1.000,00	3	6,7
Total	45	100
<hr/>		
Tempo decorrido da separação/divórcio		
Entre 6 meses e 1 ano	9	20,0
Entre 1 ano e 3 anos	30	66,7
Entre 4 anos e 6 anos	6	13,3
Total	45	100
<hr/>		
Processo de separação/divórcio		
Amigável	18	40,0
Conflituoso	27	60,0
Total	45	100
<hr/>		
Tipo de guarda		
Unilateral em que o(a) respondente mora com a criança	14	31,1
Compartilhada	17	37,8
Unilateral em que a criança mora com o(a) ex-côniuge	14	31,1
Total	45	100
<hr/>		
Qualidade da relação com o ex-companheiro (mães)		
Muito boa	4	16,7
Boa	13	54,1
Ruim	3	12,5
Muito ruim	4	16,7
Total	24	100
<hr/>		
Qualidade da relação com a ex-companheira (pais)		

Muito boa	1	4,8
Boa	5	23,8
Ruim	1	4,8
Muito ruim	14	66,6
Total	21	100

A partir da Tabela 2 constata-se que a maioria dos participantes foi proveniente das regiões sul e sudeste (totalizando 84,4% da amostra), se autodeclarou de etnia/cor branca (84,4%), possuíam ensino superior completo ou pós-graduação (totalizando 64,4%), com renda mensal por residência concentrada em duas principais faixas “acima de R\$ 7.501,00” (31,1%) e “entre R\$1.001,00 e R\$1.500,00” (15,6%) e referiram período de tempo entre um ano e três anos decorridos da separação/divórcio (66,7%). A maioria da amostra recebia auxílio financeiro do (a) ex-cônjuge (73,3%) enquanto que apenas 13,3% referiu arcar sozinho (a) com todas as despesas da criança. Sobre a relação com o (a) ex-cônjuge, aproximadamente 54,1% das mães qualificaram como “boa”, enquanto que aproximadamente 66,6% dos pais qualificaram como “muito ruim”.

O teste Qui-quadrado mostrou que há associação estatisticamente significativa entre as respostas de pais e mães e o tipo de guarda, ou seja, as mães estiveram associadas à guarda unilateral em que elas moram com a criança, enquanto que os pais estiveram associados à guarda unilateral em que a criança mora com a mãe $\chi^2 (2, N = 45) = 24.74, p < 0,01$. Para todas as demais variáveis sociodemográficas não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as respostas de pais e mães.

5.2.2 Síntese dos resultados sobre coparentalidade

De forma geral, os pais e mães avaliaram a relação coparental global com seus (as) ex-companheiros (as) com baixa qualidade, ambos com escores baixos tanto na média global quanto nas dimensões da coparentalidade. Além disso, o Teste U de Mann-Whitney para os escores da coparentalidade global não encontrou diferença estatisticamente significativa ($U = 223,5, p > 0,05$) entre os grupos de mães ($M = 2,17, Mdn = 2,11, DP = 0,61$) e pais ($M = 2,23$ e $Mdn = 2,22, DP = 0,49$). A Tabela 3 contém as informações sobre as dimensões positivas e negativas da coparentalidade e apresenta as médias de pais e mães em cada uma delas.

O fator da coparentalidade “divisão do trabalho” foi o único em que ambos os grupos, pais e mães, apresentaram escores medianos. Com exceção do fator “divisão do trabalho”, as mães apresentaram escores pouco elevados somente no fator “acordo

coparental” , enquanto os pais apenas no fator “sabotagem coparental” . Vale destacar os baixos escores que ambos apresentaram no fator “suporte coparental”.

Tabela 3

Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões da coparentalidade

		Acordo Cop.	Divisão Trab.	Proxim. Cop.	Supor. Cop.	Rec. Paren. Outro	Sabot. Cop.	Confl. Cop.	ERC Global
Média	Mãe	3,43	3,04	2,51	1,66	2,53	1,69	1,16	2,17
	Pai	2,45	3,28	1,84	0,69	2,77	3,90	1,12	2,23
Mediana	Mãe	4,00	3,00	2,80	1,33	2,57	1,16	0,80	2,11
	Pai	2,50	3,00	1,60	0,33	2,28	4,00	0,80	2,22
Desvio Padrão	Mãe	1,88	1,65	1,21	1,72	1,61	1,69	1,31	0,61
	Pai	1,55	1,52	0,92	1,02	1,86	1,85	1,43	0,49

Nota. Acordo Cop. = Acordo Coparental; Divisão Trab. = Divisão do Trabalho; Proxim. Cop. = Proximidade Coparental; Supor. Cop. = Suporte Coparental; Rec. Paren. Outro = Reconhecimento da Parentalidade do Outro; Sabot. Cop. = Sabotagem Coparental; Confl. Cop. = Conflito Coparental; ERC Global = Coparentalidade Global dos grupos da amostra;

Nas dimensões de acordo, proximidade e suporte coparental houve diferença estatisticamente significativa nas respostas de mães e de pais. As mães referiram significativamente maior acordo ($U = 162,5$; $p < 0,05$), mais proximidade ($U = 160,5$; $p < 0,05$) e receberem mais suporte ($U = 166,5$; $p < 0,05$) na relação coparental com seus ex-companheiros do que os pais em relação às ex-companheiras.

Na percepção de pais e mães o fator “sabotagem coparental” apresentou diferença estatisticamente significativa entre eles ($U = 92,5$; $p < 0,01$). Portanto os pais perceberam mais sabotagem coparental por parte de suas ex-companheiras do que as mães referente aos seus ex-companheiros. Nos demais fatores da coparentalidade não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre pais e mães.

5.2.3 Síntese dos resultados sobre envolvimento parental

De modo geral, pais e mães apresentaram escores elevados tanto no envolvimento parental global ($M = 5,21$, $Mdn = 5,12$ e $DP = 0,37$ para as mães, $M = 4,62$, $Mdn = 4,21$ e DP

= 0,95 para os pais), quanto nas dimensões deste. Conforme mostra a Tabela 4, considerando as medianas, as mães apresentaram escores mais elevados nas dimensões “suporte emocional”, “evocações” e “cuidados diretos e indiretos”, e escores menores na dimensão “jogos físicos e abertura ao mundo”. Os pais apresentaram escores maiores nas dimensões “suporte emocional” e “evocações” e escores menores em “disciplina”.

As mães se envolveram significativamente mais com os (as) filhos (as) do que os pais, tanto no envolvimento global ($U = 150,5$, $p < 0,05$), quanto em disciplina ($U = 167,5$, $p < 0,05$) e em cuidados diretos e indiretos ($U = 103$, $p < 0,01$).

Tabela 4

Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões do envolvimento parental

		Cuid. Dire. Indir.	Sup. Emoc.	Evoc.	Jogos Fís. Abert. Mundo	Discip.	QEP Global
Média	Mãe	5,36	5,57	5,44	4,44	4,76	5,21
	Pai	4,23	5,26	5,12	4,25	4,03	4,62
Mediana	Mãe	5,45	5,75	5,60	4,16	5,00	5,12
	Pai	4,36	5,50	5,40	4,66	4,25	4,91
Desvio	Mãe	0,49	0,51	0,55	0,82	0,91	0,37
	Pai	1,26	1,05	0,97	1,29	1,40	0,95

Nota. Cuid. Dire. Indir. = Cuidados Diretos e Indiretos; Sup. Emoc. = Suporte Emocional; Evoc. = Evocações; Jogos Fís. Abert. Mundo = Jogos Físicos e Abertura ao Mundo; Discip. = Disciplina; QEP Global = Envolvimento Parental Global dos grupos da amostra.

5.2.4 Síntese dos resultados sobre práticas parentais

Ao analisar as Tabelas 5 e 6 é possível perceber uma mescla de características das práticas parentais tanto apresentadas pelas mães quanto pelos pais. Ambos os grupos apresentaram escores elevados em “controle por indução de ansiedade”, e escores medianos em “comportamento autoritário” e “restrição” que são práticas parentais relacionadas ao perfil Autoritário. Em contrapartida, mães e pais apresentaram escores elevados em “conduta democrática”, “orientação constante” e “estimulação e encorajamento da autonomia. Tais práticas são características do perfil de práticas Autoritativo.

Tabela 5

Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes às dimensões das práticas parentais

		Comp. Autoritário	Superv. Criança	Restriç.	Contr. Induç. ansied.	Cond. Dem.	Orient. Const.	Estim. Encor. Auton.	Liber. Exp. auton.
Média	Mãe	3,61	5,06	3,94	4,62	5,40	5,43	5,35	4,53
	Pai	3,58	4,73	3,58	4,47	5,44	5,57	5,37	4,47
Mediana	Mãe	3,72	5,00	4,00	4,75	5,33	5,33	5,33	4,50
	Pai	3,55	5,00	3,66	4,50	5,66	5,66	5,33	4,42
Desvio	Mãe	0,60	0,68	0,80	0,99	0,52	0,57	0,30	0,46
	Pai	0,53	1,00	0,88	1,01	0,55	0,51	0,38	0,61

Nota. Comp. Autoritário = Comportamento Autoritário; Superv. Criança = Supervisão da Criança; Restriç. = Restrição; Contr. Induç. ansied. = Controle por Indução de Ansiedade; Cond. Dem. = Conduta Democrática; Orient. Const. = Orientação Constante; Estim. Encor. Auton. = Estimulação e Encorajamento à Autonomia; Liber. Exp. Auton. = Liberdade de Expressão de Autonomia.

Tabela 6

Estatística descritiva das respostas das mães e dos pais referentes aos perfis de práticas parentais

		Práticas Parentais Perfil Autoritário	Práticas Parentais Perfil Autoritativo
Média	Mãe	3,89	5,41
	Pai	3,74	5,47
Mediana	Mãe	4,03	5,35
	Pai	3,80	5,57
Desvio	Mãe	0,53	0,33
	Pai	0,53	0,42

Os dados quanto às dimensões das práticas parentais se mostraram coerentes com as médias de pais e mães em cada perfil, pois possibilitam inferir que os pais e mães da amostra apresentaram perfil de práticas parentais Autoritativo que, além das dimensões já exploradas, equilibra escores elevados de “supervisão da criança” com escores pouco elevados em “liberdade expressão de autonomia”, mas que também é composto de algumas práticas parentais típicas do perfil Autoritário, principalmente “controle por indução de ansiedade”. Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa nas práticas parentais entre pais e mães, tanto na análise dos fatores quanto na análise dos escores globais ($U = 207,5$, $p > 0,05$ para o perfil Autoritativo e $U = 201,5$, $p > 0,05$ para o perfil Autoritário).

Os dados quanto às dimensões das práticas parentais se mostraram coerentes com as médias de pais e mães em cada perfil, pois possibilitam inferir que os pais e mães da amostra apresentaram perfil de práticas parentais Autoritativo que, além das dimensões já exploradas, equilibra escores elevados de “supervisão da criança” com escores acima da média da escala em “liberdade expressão de autonomia”, mas que também é composto de algumas práticas parentais típicas do perfil Autoritário, principalmente “controle por indução de

ansiedade” . Não foi encontrada diferença estatisticamente significativa nas práticas parentais entre pais e mães, tanto na análise dos fatores quanto na análise dos escores globais ($U = 207,5$, $p > 0,05$ para o perfil Autoritativo e $U = 201,5$, $p > 0,05$ para o perfil Autoritário).

5.3 Resumo do Artigo 1

COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS EM FAMÍLIAS BINUCLEARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições dos estudos empíricos nacionais e internacionais em Psicologia, acerca da coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais das famílias binucleares com crianças em idade pré-escolar. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, a partir das bases de dados PsycINFO, Web of Science e Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVSPsi), que resultou em 17 artigos científicos incluídos. As publicações foram analisadas quanto ao ano, método, amostra e país onde foram produzidas. Efetuou-se discussão com base nas peculiaridades e similaridades dos conteúdos abordados pelas pesquisas. Os resultados indicaram correlação positiva entre índices elevados de coparentalidade cooperativa e melhores níveis de ajuste psicológico tanto dos pais quanto dos filhos e a coparentalidade conflituosa esteve positivamente associada à maior presença de problemas de internalização e externalização e negativamente associada ao comportamento pró-social infantil. Sobre envolvimento parental, mais especificamente o maior envolvimento paterno esteve positivamente associado ao desenvolvimento cognitivo e comportamental dos filhos. Não foram encontradas pesquisas quantitativas sobre práticas parentais com o enfoque de interesse. São discutidos possíveis vieses, aspectos a serem explorados em futuras investigações, e destaca-se a carência e a importância de estudos quantitativos brasileiros sobre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais após divórcio/separação.

Palavras-chave: coparentalidade; envolvimento parental; práticas parentais; divórcio; separação conjugal.

5.4 Resumo do Artigo 2

RELAÇÃO ENTRE COPARENTALIDADE, ENVOLVIMENTO PARENTAL E PRÁTICAS PARENTAIS DE PAIS E MÃES DE FAMÍLIAS BINUCLEARES

O presente estudo se propôs a investigar empiricamente a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais no contexto de pais e mães de famílias binucleares com crianças de 3 a 6 anos de idade. Foi realizado um levantamento de dados quantitativo e transversal, de caráter exploratório, descritivo e correlacional que contou com 45 participantes (24 mães e 21 pais), residentes nas cinco regiões do Brasil. Os instrumentos utilizados foram Questionário Sociodemográfico, Escala da Relação Coparental Inventário de Práticas Parentais, Questionário de Engajamento Paterno/Parental. Por meio das análises dos resultados constatou-se baixos escores na coparentalidade dos pais e mães divorciados/separados da amostra, principalmente nas dimensões de acordo coparental, suporte e divisão do trabalho coparental. Tanto os pais e mães apresentaram bons escores de envolvimento parental. Além disso, nem os baixos escores da coparentalidade e nem a alta sabotagem referida pelos pais influenciou o envolvimento paterno global. A coparentalidade esteve mais relacionada à forma como os pais e mães se envolveram nos papéis parentais do que com o quanto eles se envolveram globalmente com as crianças. Baixos escores na divisão do trabalho da coparentalidade estiveram associados ao maior envolvimento materno e ao exercício de práticas parentais negativas, tanto por parte de mães quanto de pais. Tais achados retratam um recorte da realidade que reforça a necessidade e urgência de práticas e programas de intervenção voltados para as famílias binucleares brasileiras, a fim de ajudá-los a promover relações familiares mais saudáveis que beneficiem o desenvolvimento das crianças e da família como um todo.

Palavras-chave: coparentalidade, envolvimento parental, práticas parentais, famílias binucleares, divórcio, separação conjugal.

6. DISCUSSÃO INTEGRADA

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares. Essa seção apresenta reflexões sobre os achados pertinentes a esse objetivo e discussão dos resultados embasada na literatura levantada no Estudo 1 e literatura teórica. Optou-se didaticamente por seguir a ordem das hipóteses previamente formuladas, contudo, antes de adentrar propriamente as hipóteses desse estudo, cabe selecionar e refletir alguns aspectos sobre os pais e mães aqui estudados.

Primeiramente, as mães se mostraram detentoras da guarda unilateral e, portanto, afirmaram residir com a criança, enquanto que os pais também referiram guarda unilateral na qual suas ex-companheiras residem com a criança. Nesse sentido a amostra estudada, embora pequena, parece ter representado o contexto brasileiro ainda predominante no que se refere aos arranjos de guarda das crianças após a separação/divórcio (Grzybowski & Wagner, 2010b).

Os dados mais atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE afirmam que cerca de 74,4% das mães ficam responsáveis pela guarda na ocasião dos divórcios judiciais (IBGE, 2016). No presente estudo o tipo de guarda não esteve associado a maior ou menor qualidade na coparentalidade ou no envolvimento parental, porém há dados na literatura que indicam que a guarda compartilhada esteve associada a coparentalidade positiva (Gadoni-Costa, Frizzo, & Lopes, 2015). Indica-se a investigação especificamente sobre arranjos de guarda e a coparentalidade no contexto brasileiro. Entretanto, vale destacar que além de medidas legais isoladas para promover a corresponsabilidade pela guarda, conforme prevê a Lei n. 13.058 de 2014 que favorece a guarda compartilhada, considera-se de grande relevância programas de intervenção junto aos pais e mães para que, caso na prática a guarda compartilhada se mostre mais adequada para as famílias, que ela constitua uma configuração promotora e fortalecedora da relação coparental sadia após o divórcio/separação.

Outro fato que merece destaque foi que, conforme as hipóteses e a literatura previram, os pais e mães participantes da pesquisa apresentaram baixos escores de coparentalidade. Uma porcentagem de 95,8% das mães e 95,2% dos pais apresentaram escores baixos na coparentalidade global. Em estudo com 314 pais e mães portugueses divorciados, Lamela, Figueiredo, Bastos e Feinberg (2016) constataram que 52% apresentaram coparentalidade de

baixa qualidade, somando-se os perfis de coparentalidade conflituosa e coparentalidade sabotadora, enquanto que 48% apresentaram coparentalidade cooperativa.

Um estudo americano longitudinal com 628 mães divorciadas relatou que uma minoria das mães referiu altos níveis de coparentalidade cooperativa (apenas 12,3% da amostra na primeira coleta de dados), enquanto a maior parte das mães referiu baixos níveis de coparentalidade cooperativa (70,4%) e uma parcela relativamente pequena da amostra (17,3%) referiu níveis médios de coparentalidade cooperativa. O estudo mostrou ainda que a qualidade da coparentalidade piorou ao longo de um período de cinco a seis anos comparado ao primeiro momento da coleta de dados (82,4% das mães referiram baixos escores de coparentalidade cooperativa) (McGene & King, 2012).

Outro estudo americano com 270 mães mostrou que aproximadamente 31% da amostra apresentou coparentalidade cooperativa e envolvida, 45% coparentalidade moderadamente engajada e 24% coparentalidade conflituosa (Beckmeyer, Coleman & Ganong, 2014). Na Suíça, dentre a amostra de 144 mães, menos de um quarto (22,2%) das mães foram classificadas em coparentalidade de alta qualidade, um terço (35,4%) em coparentalidade mediana e menos da metade (42,4%) em coparentalidade de baixa qualidade.

A amostra da presente pesquisa foi pequena e por conveniência, o que pode ter influenciado a predominância de pais e mães com baixos escores de coparentalidade. Na literatura internacional esse percentual de baixos escores na coparentalidade dos pais e mães separados/divorciados tem variado, porém ainda assim, considera-se a situação alarmante, pois nos estudos apresentados e na presente pesquisa foram percentuais consideráveis das amostras que apresentaram baixa qualidade na coparentalidade, o que ressalta que tem sido comum essa dificuldade na coparentalidade nas famílias binucleares. Sugere-se que sejam realizadas futuras investigações com amostra maior no contexto brasileiro, principalmente porque baixos escores de coparentalidade tem sido associados a níveis muito elevados de sintomas depressivos e estresse parental (Solmeyer & Feinberg, 2011) e piores indicadores de ajustamento psicológico dos pais e mães após o divórcio/separação (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013).

No que concerne o envolvimento parental nas famílias nucleares, embora as mães tenham se envolvido significativamente mais com os filhos do que os pais da amostra, ambos apresentaram média global elevada. Além disso, as dimensões em que tanto mães quanto pais apresentaram escores mais elevados foram suporte emocional e evocações, sem diferença estatisticamente significativa entre eles nessas dimensões. Esse resultado contraria a literatura que destaca diferenças importantes nas dimensões em que mães e pais costumam se envolver

mais (Coyl-Shepherd & Newland, 2013; John et al., 2013; Newland & Coyl, 2010; Newland et al., 2013; Paquette & Bigras, 2010; SchoppeSullivan et al., 2013) e também contraria estudos nos quais as mães divorciadas/separadas se envolveram significativamente mais que os pais em suporte emocional das crianças (Grzybowski & Wagner, 2010b).

Considera-se que envolvimento materno e paterno nas sociedades ocidentais estão intimamente relacionados às questões de gênero que, através de interações socioculturais, demarcam a maneira como se aprende a ser pai e a ser mãe (Palkovitz, Trask & Adamsons, 2014). O suporte emocional comumente está relacionado ao ser mãe por questões de gênero socioculturalmente aprendidas, estereotipadas e reproduzidas ao longo de várias gerações (Palkovitz, Trask & Adamsons, 2014). Assim como a presente pesquisa, há estudo recente no qual envolvimento paterno global em famílias biparentais esteve fortemente correlacionado à dimensão de suporte emocional (Souza, 2018).

Portanto, o fato de os pais estarem se mostrando mais envolvidos no suporte emocional e em outras dimensões tipicamente mais presentes no envolvimento materno representa uma mudança recente no exercício da paternidade. Denota indicativos de um novo perfil emergente de envolvimento paterno no contexto brasileiro que já foi observado na pesquisa internacional (Cabrera & Bradley, 2012). Nesse sentido, espera-se que a pesquisa e as intervenções voltadas para a parentalidade atentem-se a esse processo gradativo de mudança sociocultural, uma vez que garantir as funções e relações necessárias ao desenvolvimento infantil e familiar implica, também, em potencializar a parentalidade de qualidade o máximo possível e cada vez menos limitada aos papéis típicos de gênero.

Nas práticas parentais, por sua vez, não houve diferença estatisticamente significativa entre pais e mães. Ambos apresentaram perfil de práticas parentais Autoritativo, isso significa que os pais e mães tendem a expressar afetos verbalmente e no contato físico com as crianças, são predominantemente responsivos às necessidades dos (as) filhos (as), democráticos, estimulam o pensamento autônomo e a aprendizagem sobre as consequências dos comportamentos das crianças (Baumrind et al., 2010; Block, 1981). Porém, o que também se observou foram escores elevados em “controle por indução de ansiedade”, que constitui ameaças verbais e/ou não-verbais sobre a consequência dos atos infantis, uma prática parental tipicamente autoritária (Gagnon, 2012; Kochanska et al., 1989). Essa presença de práticas parentais negativas pode estar relacionada à coparentalidade de baixa qualidade tanto no caso dos pais quanto das mães, conforme será discutido em seguida nas hipóteses, mais especificamente na Hipótese 2.

6.1 Resposta e discussão sobre hipóteses do Estudo 2

Hipótese 1 – Refutada: A coparentalidade de pais e mães de famílias binucleares é influenciada negativamente pelos baixos níveis de acordo sobre as práticas parentais e pelo baixo envolvimento paterno.

O Teste de Correlação Spearman mostrou que não houve correlação entre o envolvimento paterno global e os aspectos da coparentalidade citados na Hipótese 1 (acordo coparental, conflito coparental, sabotagem coparental). Além disso, o envolvimento paterno foi elevado. Portanto, para essa amostra não é possível inferir que os pais tiveram baixo envolvimento paterno e nem que a coparentalidade foi influenciada negativamente pelo baixo envolvimento paterno, refuta-se então a Hipótese 1.

Porém a coparentalidade global, tanto por parte dos pais quanto das mães, apresentou correlação positiva e moderada com o acordo coparental ($\rho = 0,58$, $p < 0,01$). Contrastando tal correlação com os baixos escores de acordo coparental para ambos os grupos (escores maternos medianos e escores paternos baixos), constata-se que quando os pais e mães referiram menos acordo coparental, mais ambos apresentaram baixos escores na coparentalidade global. Esse dado é coerente com o que a literatura aponta (Grzybowski & Wagner, 2010a). Ou seja, a proposição hipotética foi confirmada somente no que se refere à coparentalidade ter sido influenciada negativamente pelos baixos níveis de acordo sobre as práticas parentais apresentados pelos pais e mães de famílias binucleares da amostra. Porém esse mecanismo não se deu por meio de conflito ou de sabotagem conforme havia sido aventado.

A presente hipótese surgiu ao integrar diversas indicações da literatura de que o desacordo agudo ou crônico pode levar à dificuldade em formar estratégias educativas coordenadas, mútua sabotagem e crítica, e / ou conflito interparental hostil (Feinberg, 2003). Inclusive os estudos têm discutido, amplamente, os prejuízos que fatores da coparentalidade como o conflito e a sabotagem exercem no desenvolvimento das crianças e das famílias (Beckmeyer, Coleman & Ganong, 2014; Finzi-Dottan & Cohen, 2016; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013; Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016; Solmeyer & Feinberg, 2011; Viry, 2014).

Porém, ao analisar as características da coparentalidade dos pais e mães aqui estudados, observou-se que não necessariamente a coparentalidade negativa e os baixos escores de acordo coparental estão associados a altos índices de conflito. A título de reflexão sobre o perfil coparental aproximado dos participantes, ao analisar descritivamente os escores

em cada dimensão observa-se que a relação coparental entre as mães da amostra e seus ex-companheiros foi caracterizada por baixos escores de conflito e de sabotagem, porém também baixos escores em suporte, e escores medianos nos demais fatores.

Nas pesquisas mais recentes internacionais esse perfil não foi encontrado (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016). Entretanto, há relatos na literatura sobre o perfil de coparentalidade paralela, ou seja, uma relação coparental mais desconectada, na qual não há muito conflito nem alta sabotagem, porém não há também suporte, proximidade, nem escores elevados nos demais fatores que promovem a qualidade da relação coparental, o que se mostrou semelhante aos resultados das mães aqui estudadas (Kelly, 2007; Sobolewski & King, 2005).

Os pais, por sua vez, também caracterizaram a relação coparental com suas ex-companheiras com baixo conflito e baixo suporte, escores medianos nos demais fatores, porém, com escores de sabotagem acima da média. O que se apresentou semelhante ao tipo de coparentalidade sabotadora (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016). Considerando que os participantes referiram baixos escores de conflito expresso com exposição da criança, mas que a coparentalidade foi de baixa qualidade, fica a indicação de investigações futuras que contemplem especificamente as estratégias de conflito dos pais e mães de famílias binucleares, a fim de identificar níveis de conflito encoberto possivelmente associados à coparentalidade sabotadora (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016).

Hipótese 2 - Confirmada: Quanto menores os escores na divisão do trabalho coparental referidos pelas mães das famílias binucleares, maior é o envolvimento materno e mais elas exercem práticas parentais negativas.

Duas das dimensões da coparentalidade estiveram relacionadas ao envolvimento materno: o suporte coparental e a divisão do trabalho. A dimensão suporte coparental esteve negativa e moderadamente correlacionada ao envolvimento materno global ($\rho = -0,48$, $p < 0,05$) e à dimensão disciplina ($\rho = -0,43$, $p < 0,05$). A dimensão divisão do trabalho coparental na resposta das mães apresentou correlação negativa e moderada com comportamento autoritário delas ($\rho = -0,50$, $p < 0,05$), um dos fatores das práticas parentais. Ou seja, quando as mães perceberam a divisão trabalho coparental como injusta, elas apresentaram escores mais elevados em comportamento autoritário com seus filhos.

Esses dados se mostram coerentes com estudos que relatam que mães divorciadas/separadas estiveram mais envolvidas com disciplina, referiram mais práticas parentais negativas (como uso de gritos, palmadas, ameaças, etc.), mais dificuldade em

disciplinar as crianças (Grzybowski & Wagner, 2010b) e menor frequência de manifestação de afeto (Leme, Marturano & Fontaine, 2010). Via de regra, como previsto na literatura (Bossardi, 2015; Gomes, 2015; Grzybowski & Wagner, 2010b; Coyl-Shepherd & Newland, 2013), as mães se envolveram significativamente mais com os (as) filhos (as) do que os pais de maneira geral e também nas dimensões disciplina e cuidados diretos e indiretos.

Em síntese, no caso das mães das famílias binucleares da amostra pode-se inferir que, diante dos baixos escores na divisão do trabalho coparental e baixos escores em suporte coparental, elas estiveram ainda mais envolvidas para com os (as) filhos (as), tenderam a investir ainda mais em disciplina e tenderam a exercer mais comportamentos autoritários nas práticas parentais com as crianças, coerente com a teoria (Belsky, 1984). A literatura reforça essa relação entre coparentalidade e práticas parentais maternas. Há relatos de que a coparentalidade de qualidade não só esteve associada a práticas parentais mais positivas, como também moderou o efeito positivo dessas práticas no comportamento das crianças (Scrimgeour, Blandon, Stifter & Buss, 2013). Outras correlações foram encontradas entre a coparentalidade, o envolvimento materno e as práticas parentais, porém, conforme já comentado, tais resultados serão apresentados no Artigo 2 que será submetido à publicação.

Os resultados do presente estudo citados nessa Hipótese corroboram com o que a literatura tem apontado: essa desigualdade no envolvimento parental, na divisão do trabalho de criação dos (as) filhos (as), e na responsabilidade pelas práticas parentais educativas acarreta um processo de superfuncionamento e sobrecarga das mães no papel parental, o que é gerador de grande desgaste emocional para elas (Brito, Cardoso & Oliveira, 2010; Grzybowski & Wagner, 2010a; Taylor & Wang, 2000) e interfere na qualidade da parentalidade (Grzybowski & Wagner, 2010b; Leme, Marturano & Fontaine, 2010).

A partir desses achados confirma-se a Hipótese 2. A literatura aponta um processo de sobrecarga e estresse parental das mães, porém se os resultados do presente estudo mostraram que baixos escores na divisão do trabalho coparental influenciou o modo como ambos, tanto as mães quanto os pais, se envolveram com os (as) filhos (as), pode-se hipotetizar que o envolvimento parental nessas famílias funcione como um meio de “compensação” utilizado pelos pais e mães no contexto em que a díade coparental não está conseguindo coordenar o trabalho parental de maneira eficaz e nem garantir uma coparentalidade de qualidade. Fica a indicação de uma investigação mais pormenorizada sobre esses temas.

Por fim, apenas um tipo de prática parental autoritária atuou na relação com a coparentalidade e envolvimento maternos no presente estudo. A literatura sobre práticas parentais e divórcio é escassa e as publicações mais recentes tem se voltado às repercussões

das práticas para o desenvolvimento de crianças com idade escolar (Di Stefano & Cyr, 2014; Drapeau et al., 2017; Lucas, Nicholson & Erbas, 2013). Inclusive um desses estudos relata que não há diferença significativa na qualidade de parentalidade e das práticas parentais entre mães separadas e não separadas (Di Stefano & Cyr, 2014). Diante disso, cabe a sugestão de futuras pesquisas com amostras maiores de pais e mães de famílias binucleares a fim de explorar se e quais outros aspectos das práticas parentais estariam relacionadas à coparentalidade e ao envolvimento parental nas famílias binucleares.

Hipótese 3 – Refutada: Os pais e mães das famílias binucleares apresentam baixos escores na coparentalidade global e isso influencia negativamente o envolvimento paterno global.

Os dados mostraram que tanto os pais quanto as mães das famílias binucleares apresentaram baixos escores globais de relação coparental com seus (as) respectivos (as) ex-companheiros (as), conforme previsto na Hipótese 3 e já explorado anteriormente. Do ponto de vista desenvolvimental, tal dado já é por si só preocupante, pois uma relação coparental cooperativa tem sido apontada como um mecanismo de proteção cumulativo para a família, na medida em que está associada a elevados níveis de bem-estar psicológico parental, à baixa pontuação de práticas parentais inconsistentes, altos níveis de funcionamento da família e baixos níveis de afeto negativo (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016).

Porém, no presente estudo a coparentalidade global e o envolvimento paterno não apresentaram relação entre si na amostra estudada. Não é possível inferir que a dimensão sabotagem da coparentalidade tenha efeito nos escores globais do envolvimento dos pais ou das mães. Também não se pode inferir que os níveis de sabotagem tenham exercido influência negativa na coparentalidade global de nenhum dos dois grupos. Portanto esses dados refutam a Hipótese 3, embora os pais e mães tenham apresentado baixos escores de coparentalidade, com baixos níveis de *acordo sobre as práticas parentais*, *desequilíbrio na divisão do trabalho* e elevados indicadores de *sabotagem* na resposta dos pais, tal situação não impactou no quanto os pais se envolveram com seus (as) filhos (as).

Cabe ressaltar que na literatura tanto sobre famílias biparentais quanto binucleares, a coparentalidade mais positiva e cooperativa tem sido referenciada como um dos preditores mais fortes do envolvimento paterno (Coley & Chase-Lansdale, 1999; Finzi-Dottan, & Cohen, 2016; Futris & Schoppe-Sullivan, 2007; Gee, McNerney, Reiter, & Leaman, 2007; McBride & Rane, 1998; Schoppe-Sullivan, Brown, Cannon, Mangelsdorf, & Sokolowski, 2008; Sobolewski & King, 2005; Souza, 2018). Inclusive, quando o pai possui a guarda da

criança, o envolvimento paterno esteve associado positivamente à coparentalidade (Finzi-Dottan, & Cohen, 2016). Sugere-se, portanto, que futuras investigações explorem especificamente a relação entre coparentalidade e envolvimento paterno das famílias binucleares, principalmente tendo em vista o número reduzido de pesquisas que contemplam o ponto de vista dos pais divorciados/separados, quando comparado ao número de pesquisas na qual a mãe é respondente (Grzybowski & Wagner, 2010b; Macarini, Martins & Minetto, 2010).

Vale lembrar que mesmo com bons escores de envolvimento, os pais relataram que sua parentalidade foi significativamente mais sabotada na relação coparental com suas ex-companheiras do que as mães referentes aos ex-companheiros. Além disso, em torno de 66,6% dos pais separados/divorciados da amostra qualificaram a relação com as ex-companheiras como “muito ruim” e tanto os pais quanto as mães referiram receber pouco suporte na relação coparental. Ademais, os pais referiram significativamente menos acordo e proximidade na relação coparental e receberam menos suporte de suas ex-companheiras, quando comparados às respostas das mães sobre os ex-companheiros.

O perfil de coparentalidade sabotadora apontado por Lamela, Figueiredo, Bastos e Feinberg (2016) descreve pais e mães com baixos níveis de concordância/apoio, de divisão de trabalho e de exposição a conflitos e pontuações elevadas de sabotagem. O que se mostra semelhante aos dados da relação coparental entre os pais da presente amostra e suas ex-companheiras, portanto torna-se compreensível o fato de os pais avaliarem mais negativamente os aspectos citados.

Os resultados apresentados pelos pais aqui estudados, de alto envolvimento paterno e concomitante alta sabotagem da sua parentalidade parece ser semelhante ao relato da literatura sobre pais de famílias biparentais: eles também perceberam sua parentalidade significativamente mais sabotada do que as esposas (Souza, 2018). Inclusive, quanto mais os pais se envolveram com atividades de cuidado da criança, mais foram observados comportamentos de sabotagem coparental e menos suporte coparental entre o casal (Jia & Schoppe-Sullivan, 2011). Uma medida que possivelmente auxiliaria na compreensão mais detalhada desses aspectos no caso dos pais divorciados/separados seria a investigação com díades parentais da mesma criança em que essas discrepâncias poderiam surgir.

Além disso, cabe retomar aqui a sugestão de investigação mais detalhada sobre conflito parental encoberto nas famílias, que não é expresso propriamente em confronto e constitui uma série de táticas de conflito indutoras de tensão (McHale, 1997), inclui comunicações depreciativas à criança sobre o par coparental ausente e é um elemento

bastante frequente na relação coparental sabotadora (Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016).

Indica-se também dedicar futuras investigações para avaliar especificamente a função de *maternal gatekeeping*, pois a percepção das mães sobre os pais figura como um fator ligado à qualidade da coparentalidade. A satisfação com o divórcio, satisfação com o pai e reconhecimento da importância do pai e percepção de capacidade parental paterna foram positivamente relacionados com o apoio por parte das mães à parentalidade dos ex-companheiros (Petren, Ferraro, Davis & Pasley, 2017; Russell, Beckmeyer, Coleman, Ganong, 2016). Em estudo recente com famílias biparentais foi relatado que os pais tem expectativa de que as mães facilitem o envolvimento deles, enquanto elas expressaram de fadiga e ressentimento quanto à responsabilidade pela facilitação do envolvimento deles, processo que gera discrepâncias na percepção entre ambos sobre o envolvimento paterno (Perry, Rollins, Grooms & Sabree, 2017).

Adiciona-se a esses dados outros resultados qualitativos sobre famílias binucleares brasileiras que apontam um processo de “confusão” sobre as funções dos pais. Tal processo influencia o exercício da parentalidade de ambos, pais e mães, bem como a qualidade da relação coparental, pois afeta a maneira como os pais percebem a sua própria parentalidade, em termos de autoeficácia parental, e também a maneira como as ex-companheiras percebem e valorizam a parentalidade deles. Nessa situação, as mães acabam por fornecer suporte reduzido ao exercício da parentalidade dos ex-companheiros e podem até exercer sabotagem em relação às práticas parentais deles (Brito et al., 2010).

Faz-se importante reconhecer que os altos indicadores de envolvimento parental e o perfil de práticas parentais predominantemente autoritativo apresentados pelos pais e mães das famílias binucleares aqui estudados são aspectos positivos do ponto de vista do desenvolvimento. Ambos podem figurar como fatores protetivos ao desenvolvimento das crianças e das famílias. Entretanto, a partir da ótica sistêmica e a compreensão integrada da psicopatologia do desenvolvimento, os resultados sobre a qualidade da coparentalidade da amostra foram preocupantes. É necessário investigar as repercussões disso nas relações familiares e no desenvolvimento dos membros, para tanto indica-se que futuras investigações busquem contemplar além de díades coparentais da mesma criança, explorar o desenvolvimento da própria criança focal. Afinal, o peso de influência que determinados fatores de risco, de eventos estressores e mecanismos de proteção, sejam da criança ou do ambiente cuidador, deve ser entendido em interação com o momento desenvolvimental da criança (Sameroff, 2009, 2010).

Ademais, adotar uma visão epistemológica que parte do pressuposto da complexidade, segundo o Pensamento Sistêmico, implica necessariamente em reconhecer que tanto o envolvimento parental, quanto a coparentalidade e as práticas parentais estão interrelacionados e concomitantemente relacionados com outras variáveis também, em uma teia de causalidade *recursiva*⁴ (não linear) (Vasconcellos, 2002). A presente pesquisa produziu uma aproximação de um recorte da realidade. Com avanço nas pesquisas e na produção do conhecimento científico talvez seja possível evidenciar a recursividade na relação entre esses fenômenos. Integrando a postura epistemológica e os resultados desse estudo, ficam algumas reflexões sistêmicas:

As mães divorciadas/separadas da amostra estudada estiveram mais envolvidas e mais atentas às necessidades da criança. É possível que, quando as mães consideram seus ex-companheiros cuidadores pouco competentes e pares coparentais ineficientes, elas superfuncionem em seu papel parental como forma de compensação daquilo que percebem que falta e, sem se dar conta, podem sabotar o envolvimento dos pais? Em contrapartida, estariam os pais divorciados/separados em um papel mais passivo na expectativa de que seu envolvimento seja promovido e facilitado pelas ex-companheiras? Será que ambos, pais e mães, percebem que recebem pouco apoio, porém não percebem que oferecem pouco suporte na relação coparental?

O intuito é de inspirar a continuidade das pesquisas sobre essas variáveis familiares e suas relações, possíveis impactos e mecanismos de proteção e risco para o desenvolvimento das crianças e das famílias.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal investigar a relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares. Além de contemplar como essa relação tem sido representada e explorada pela literatura científica buscou-se explorar de que forma tal relação se apresenta empiricamente num recorte da realidade dos pais e mães de famílias binucleares brasileiras.

⁴ O conceito de recursividade diz respeito à compreensão de causalidade complexa, podendo ser representada imagicamente como uma espiral, ou seja, os produtos e efeitos de uma ação/fenômeno são necessários ao próprio processo que os gera. Esses produtos e efeitos da ação/fenômeno retornam à situação que os produziu, reforçando-a e modificando-a, gerando um processo de produção sempre num patamar diferente do anterior (Vasconcellos, 2013).

Vale reconhecer algumas limitações da presente pesquisa. Ainda que a coleta de dados tenha sido em modalidade *online*, que pode conferir uma impessoalidade maior ao processo, e embora todos os instrumentos utilizados tenham passado por processo de análise de confiabilidade, adaptação e validação no contexto brasileiro, faz-se necessário considerar vieses e tendenciosidades comuns e inerentes às pesquisas de autorrelato. Por exemplo, é possível que os pais e mães que se disponibilizaram a responder à pesquisa sejam parte de uma parcela específica de pais e mães com ótimo envolvimento parental. Além disso, não foi controlado se os pais e mães eram de díades coparentais diferentes ou pertenciam mesmas díades parentais.

Outra limitação foi o número pequeno de participantes da amostra, embora a pesquisa tenha sido disponibilizada e divulgada continuamente por aproximadamente cinco meses. O número pequeno de participantes pode estar relacionado à especificidade dos critérios de inclusão, principalmente no que se refere à faixa etária da criança, ao tempo de separação e ao tempo de convivência na mesma residência. Aventa-se também a possibilidade de que esse número reduzido de participantes tenha interferido no comportamento dos dados nas análises de correlações e, conseqüentemente, na testagem das hipóteses, pois foram observadas algumas tendências a correlações que talvez uma amostra maior tornaria possível verificar com maior confiabilidade. Não foi contemplada no questionário sociodemográfico a idade dos pais, embora os objetivos do estudo não tenham tido enfoque nas variáveis sociodemográficas, esse é um dado importante para caracterização da amostra. As variáveis sociodemográficas não estiveram associadas às variáveis de interesse, porém sugere-se que estudos futuros explorem essa relação mais detalhadamente em uma amostra maior.

No que concerne às contribuições, na presente pesquisa ficou evidente que a grande maioria dos pais e mães divorciados/separados da amostra apresentou baixos escores de coparentalidade. Essa baixa qualidade na relação coparental parece ter estado mais relacionada às dimensões de acordo, suporte e divisão do trabalho coparental do que propriamente à dimensão de sabotagem como se havia hipotetizado. Nem os baixos escores de coparentalidade e nem a alta sabotagem coparental implicaram em baixo envolvimento paterno. Por outro lado, ambos apresentaram semelhanças nas características do envolvimento parental, pois estiveram mais envolvidos com suporte emocional e evocações. Sugere-se, portanto, que futuras pesquisas investiguem se essa coparentalidade de baixa qualidade é de fato comum entre as famílias binucleares brasileiras, e de que maneira ela pode impactar no desenvolvimento dos pais, das mães e das crianças, principalmente considerando variáveis como o *maternal gatekeeping*, o conflito encoberto e possíveis

mecanismos de superfuncionamento no papel parental. Sugere-se ainda que futuras investigações possam explorar as variáveis de coabitação da figura parental com a criança e de modalidade de guarda.

Além disso, como a revisão sistemática do Estudo 1 evidenciou um contexto de escassez de estudos nacionais sobre os temas, a pesquisa realizada no Estudo 2 teve um enfoque inovador dentre as publicações brasileiras sobre famílias binucleares, buscando por meio de um estudo quantitativo avançar na compreensão da relação entre os fenômenos da coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais. O artigo 2 foi dedicado a esses achados com expectativa de publicação para dar visibilidade a esse recorte da realidade.

Faz-se importante ressaltar que os resultados aqui relatados mostram a dificuldade de parte dos pais e mães das famílias binucleares em manter uma relação coparental de qualidade após o divórcio/separação. Não se trata de culpabilizá-los por isso, mas sim de explorar e retratar um recorte da realidade que reforça a necessidade e urgência de práticas e programas de intervenção voltados para essas famílias, a fim de ajudá-los a promover relações familiares mais saudáveis que beneficiem o desenvolvimento de todos os envolvidos, das crianças e dos pais e mães.

REFERÊNCIAS

- Ahrons, C. (1994). *O bom divórcio. Como manter a família unida quando o casamento acaba.* Rio de Janeiro: Objetiva.
- Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990s: An update of the Amato and Keith (1991). *Journal of Family Psychology, 15* (3), 355-370.
- Andolfi, M., Angelo, C., Menghi, P., & Nicolo-Corigliano, A.M. (1984). *Por trás da máscara familiar – um novo enfoque em terapia da família.* (Trad. Maria Cristina R. Goulart) (3ª ed). Porto Alegre: ARTMED.
- APA. (2012). *Manual de publicação da APA* (6 ed.). Porto Alegre: Penso.
- Arnold, D.S., O’Leary, S.G., Wolff, L.S., & Acker, M.M. (1993). The Parenting Scale: a measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment, 5*, 137–144.
- Ato, E., Galian, M., & Fernandez-Vilar, M. A. (2014). El género como predictor de rechazo social: el papel mediador/moderador Del control con esfuerzo y crianza de los hijos. *Anales de Psicología, 30*(3), 1069-1078.
- Atzaba-Poria, N., & Pike, A. (2015). Through a Cultural Lens: Links Between Maternal and Paternal Negativity and Children’s SelfEsteem. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 46*(5), 702-712.
- Barroso, R. G., Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In Pluciennik, G. A., Lazzari, M. A., & Chicaro, M. F. *Fundamentos da Família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco* (pp. 16-32). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Baumrind, D., Larzelere, R. E., & Owens, E. B. (2010). Effects of Preschool Parents 39; Power Assertive Patterns and Practices on Adolescent Development. *Parenting: Science ans Practice, 10*(3), 157-201.
- Baumrind, D. (1991). The Influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence, 11*(1), 56-95.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development, 37*, 887-907.
- Belsky, J. (1984). The determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development, 55*, 83-96.
- Beckmeyer, J.J., Coleman, M. & Ganong, L. H., (2014). Postdivorce coparenting typologies e children's adjustment. *Family Relationships, 63*(4), 526-537.
- Bigras, M., Crepaldi, M. A., & Lima, M. L. C. (2011). A mother-child secure attachment to prevent interpersonal violence among young people. *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil, 11*(1), 15-20.

- Block, J. H. (1965). The Child-rearing Practices Report (CRPR): A Set of Q items for the Description of Parental Socialization Attitudes and Values. *Institute of Human Development* University of California, Berkeley.
- Block, J. H., Block, J., & Morrison, A. (1981). Parental Agreement-Disagreement on Child-Rearing Orientations and Gender-Related Personality Correlates in Children. *Child Development*, 52(3), 965-974.
- Block, J. (1965). The challenge of response sets: Unconfounding meaning, acquiescence, and social desirability in the MMPI. East Norwalk, CT, US: Appleton-Century-Crofts, 142pp.
- Böing, E. (2014). *Relações entre coparentalidade, funcionamento familiar e estilos parentais em uma perspectiva intergeracional*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Böing, E., & Crepaldi, M. (2016). Relação pais e filhos: compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. *Educar em Revista*, 0(59), pp. 17-33.
- Bolze, S. D. A. (2016). *Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais: uma perspectiva da transmissão intergeracional*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bolze, S. D. A. (2011). *A Relação Entre Engajamento Paterno e Qualidade de Relacionamento Conjugal de Pais Com Crianças de 4 a 6 Anos*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bossardi, C. N. (2015). *Envolvimento e interações paternas com filhos de 4 a 6 anos: relações com os sistemas parental e conjugal*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bossardi, C. N., Souza, C. D. de, Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Schimdt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (no prelo). Adaptação Transcultural e Evidências de Validade do Questionário de Engajamento Paterno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Bradford, K. P., Hawkins, A., Palkovitz, R., Christiansen, S. L., & Day, R. D. (2002). The inventory of father involvement: A pilot study of a new measure of father involvement. *Journal of Men's Studies*, 2, 183–194.
- Brito, L. M. T., Cardoso, A. R. & Oliveira, J. D. G. (2010). Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(4), 810-823.
- Cabrera, N. J., & Bradley, R. H. (2012). Latino Fathers and Their Children. *Child Development Perspectives*, 1–7. doi:10.1111/j.1750-8606.2012.00249.x

- Carvalho, T. R., Barham, E. J., Souza, C. D. de, Böing, E., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018 - in press). Adaptação Transcultural de um Instrumento para Avaliar a Coparentalidade: Coparenting Relationship Scale. *PSICO-USF*, 23(2), no prelo.
- Carvalho, T. R., & Barham, E. J. (2016). Instrumentos para avaliar a coparentalidade: uma comparação de suas propriedades psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 15(2), 207-215.
- Cervený, C. M. O. (2000). *A família como modelo: Desconstruindo a patologia*. Campinas, SP: Livro Pleno.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. (2010). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Coley, R. L., & Chase-Lansdale, P. L. (1999). Stability and change in paternal involvement among urban African American fathers. *Journal of Family Psychology*, 13(3), 1 – 20.
- Coyl-Shepherd, D.D., & Newland, L.A. (2013). Mothers' and fathers' couple and family contextual influences, parent involvement, and school-age child attachment. *Early Child Development and Care*, 183(3-4), 553-569. doi: 10.1080/03004430.2012.711599
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para Psicologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Dekovic, M., Janssens, J. M. A., & Gerris, J. R. M. (1991). Factor structure and construct validity of the Block Child Rearing Practices Report (CRPR). *Psychological Assessment*, 3(2), 182- 187.
- Di Stefano, G. & Cyr, F. (2014). Child Adjustment Following Parental Separation: The Role of Maternal Well-Being, Parenting Quality, and Household Income, *Journal of Child Custody*, 11(1), 5-24, doi: 10.1080/15379418.2014.892802
- Drapeau, S. Baude, A., Ouellet, J., Godbout, E., Ivers, H., & Saint-Jacques, M. (2017). Relations between postdivorce custody arrangements, family contexts, and children's adjustment, *Journal of Child Custody*, 14(1), 11-33, doi: 10.1080 / 15379418.2017.1312659
- Dubeau, D., Devault, A., & Paquette, D. (2009). L'engagement paternel, un concept aux multiples facettes. In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 71-98). Québec, Canada: Les Presses de l'Université Laval.
- Dubeau, D., Coutu, S., & Lavigueur, S. (2013). Links between different measures of mother/father involvement and child social adjustment. *Early Child Development and Care*, 183(6), 791-809.
- Dyer, W. J., Kaufman, R., Fagan, J., Pearson, J., & Cabrera, N. (2017). Self-perceived Coparenting of Nonresident Fathers: Scale Development and Validation. *Family Process*, 1 -20. doi: 10.1111/famp.12331

- Fagan, J., & Cherson, M. (2017). Maternal Gatekeeping: The Associations Among Facilitation, Encouragement, and Low-Income Fathers' Engagement With Young Children. *Journal of Family Issues*, 38(5), 633–653. doi: 10.1177/0192513X15578007
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: a Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131.
- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12(1), 1-21.
- Finzi-Dottan, R., & Cohen, O. (2016). Predictors of Involvement and Warmth of Custodial Fathers in Israel: Comparison with Married and Noncustodial Divorced Fathers. *Family Process*, 55(1), 171–87.
- Futris, T. G., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2007). Mothers' perceptions of barriers, parenting alliance, and adolescent fathers' engagement with their children. *Family Relations*, 56(3), 258-269.
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 15(3), 84-94.
- Gadoni-Costa, L. M., Frizzo, G. B., & Lopes, R. C. S. (2015). A guarda compartilhada na prática: estudo de casos múltiplos. *Temas em Psicologia*, 23(4), 901-912.
- Gagnon, M.-N. (2012). *L'engagement parental des mères et des pères: Associations avec la relation coparentale et l'adaptation socio-affective à l'âge préscolaire*. Tese de Doutorado. Université de Montréal.
- Gavita, O. A., David, D., & DiGiuseppe, R. (2014). You are such a bad child! appraisals as mechanisms of parental negative and positive affect. *J Gen Psychol.*, 141(2), 113-29.
- Gee, C. B., McNERNEY, C. M., Reiter, M. J., & Leaman, S. C. (2007). Adolescent and young adult mothers' relationship quality during the transition to parenthood: Associations with father involvement in Fragile Families. *Journal of Youth and Adolescence*, 36, 213 – 224.
- Gil A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Goldberg, J. (2015). Coparenting and nonresident fathers' monetary contributions to their children. *Journal of Marriage and the Family*, 77, 612-627.
- Goldberg, J. S., & Carlson, M. J. (2015). Patterns and predictors of coparenting after unmarried parents part. *Journal of Family Psychology*, 29(3), 416-426.
- Gomes, L. B. (2015). *Envolvimento parental, desenvolvimento social e temperamento de pré-escolares: um estudo comparativo com famílias residentes em Santa Catarina e em Montreal*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

- Gomes, L. B. (2011). *Engajamento paterno e agressividade em crianças de quatro a seis anos*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Gomes, L. B., Bossardi, C. N., Cruz, R. M., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2014). Propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação do envolvimento paterno: revisão de literatura. *Avaliação Psicológica*, 13(1), 19-27.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em: A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*. Campinas: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais (IEP). Modelo teórico-Manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goodman, A., Fleitlich-Bilyk, B., Patel, V., & Goodman, R. (2007). Child, family, school and community risk factors for poor mental health in Brazilian school children. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 46 (4), 448-456.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010a). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010b). O Envolvimento parental após a Separação / Divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239.
- Hui-Hua, C. (2013). Couple relationship quality, coparenting, and fathering in Taiwan. *Early Child Development and Care*, 183(6), 827-842.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2016). *Registro Civil – Informativo 2016*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de www.ibge.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015). *Registro Civil – Informativo 2015*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de www.ibge.gov.br
- Jia, R., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). Relations between coparenting and father involvement in families with preschool-age children. *Developmental Psychology*, 47(1), 106–18. doi:10.1037/a0020802
- John, A., Halliburton, A., & Humphrey, J. (2013). Child–mother and child–father play interaction patterns with preschoolers. *Early Child Development and Care*, 183(3-4), 483-497. doi:10.1080/03004430.2012.711595
- Kalmijn, M. (2015). Father-Child Relations after Divorce in Four European Countries: Patterns and Determinants. *Comparative Population Studies*, 40(3), 251-276.
- Karpinski, A. & Hilton, J. L. (2001). Attitudes and the Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81(5), 774-788.
- Kelly, J. B. (2007). Children’s living arrangements following separation and divorce: insights from empirical and clinical research. *Fam Process* 46:35–52.

- Kobarg, A. P. R., Vieira, V., & Vieira, M. L. (2010). Validação Da Escala De Lembranças Sobre Práticas Parentais (Embu). *Avaliação Psicológica*, 9(1), 77-85.
- Kochanska, C., Kuczynski, L., & Radke-Yarrow, M. (1989). Correspondence between mothers' self-reported and observed child-rearing practices. *Child development*, 60, 53-63.
- Lamb, M. E. (Org.). (1997). *The role of the father in child development*. New York: John Wiley & Sons.
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 883-894.
- Lamela, D., Castro, M. & Figueiredo, B. (2010). Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 334-344.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 562-574.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 19-28.
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. E. (2016). Typologies of Post-divorce Coparenting and Parental Well-Being, Parenting Quality and Children's Psychological Adjustment. *Child Psychiatry and Human Development*, 47(5), 716-728.
- Lamela, D.; Nunes-Costa, R. & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia Estudos*. 15(1), 205-216.
- Leme, V. B. R.; Marturano, E. M.; Fontaine, A. M. (2010). Relação da separação conjugal com as práticas parentais e o comportamento dos filhos. *Psychologica*, 52 (1), 19-40.
- Lucas, N., Nicholson, J. M. & Erbas, B. (2013). Child mental health after parental separation: The impact of resident/non-resident parenting, parent mental health, conflict and socioeconomics. *J. Fam. Stud.*, 19: 53-69.
- Macarini, S. M.; Martins, G. D. F., Minetto, M. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134.
- Maccoby E., Depner C., Mnookin R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal Marriage Fam*, 52:141-155.
- Madhavan, S., Richter, L., & Norris, S. (2016). Father Contact Following Union Dissolution for Low-Income Children in Urban South Africa. *Journal of Family Issues*, 37(5), 622-644.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21.

- Majdandzic, M., Vente, W., Feinberg, M. E., Aktar, E., Bogels, S. M. (2012). Bidirectional Associations Between Coparenting Relations and Family Member Anxiety: A Review and Conceptual Model. *Clin Child Fam Psychol*; 15:28–42.
- McBride, B. A., & Rane, T. R. (1998). Parenting alliance as a predictor of father involvement: An exploratory study. *Family Relations*, 47, 229–236. doi:10.2307/584971
- McGene, J., & King, V. (2012). Implicações de novos casamentos e crianças para coparentação em famílias de pais não residentes. *Journal of Family Issues*, 33(12), 1619-1641.
- McGoldrick, M. (1995). As mulheres e o ciclo de vida familiar. In: Carter, B., McGoldrick, M. *As mudanças do ciclo de vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McHale, J. P. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Fam Process*, 36:183–201.
- McNamee, C. B., Amato, P., & King, V. (2014). Nonresident father involvement with children and divorced women's likelihood of remarriage. *Journal of Marriage and Family*, 76(4), 862–874.
- Meggiolaro, S., & Ongaro, F. (2015). Non-resident parent-child contact after marital dissolution and parental repartnering: evidence from Italy. *Demographic Research*, 33, 1137–1151.
- Minetto, M. de F. J. (2010). *Práticas educativas parentais, crenças parentais, estresse parental e funcionamento familiar de pais de crianças com desenvolvimento típico e atípico*. Florianópolis. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Minetto, M., F. J., Crepaldi, M. A., Bigras, M., & Moreira, L. C. (2012). Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. *Educar em Revista*, v. 43, p. 117-132.
- Moher D., & Tsertsvadze, A. (2006). Systematic reviews: when is an update an update? *The Lancet*, 367(9514), 881-883.
- Monteiriol L., Fernandes, M., Verissimo, M., Costa, I. P., Torres, N., & Vaughn, B. E (2010). Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(1), 1-11.
- Newland, L.A., & Coyl, D.D. (2010). Fathers' role as attachment figures: An interview with Sir Richard Bowlby. *Early Child Development & Care*, 180(1/2), 25-32. doi:10.1080/03004430903414679
- Newland, L. A., Coyl-Shepherd, D. D., & Paquette, D. (2013). Implications of mothering and fathering for children's development. *Early Child Development and Care*, 183(3-4), 337-342. doi: 10.1080/03004430.2012.711586

- Oliveira, J. L. P. A. (2016). *O envolvimento paterno no contexto do divórcio/separação conjugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Palkovitz, R., Trask, B. S., & Adamsons, K. (2014). Essential Differences in the Meaning and Processes of Mothering and Fathering: Family Systems, Feminist and Qualitative Perspectives. *Journal of Family Theory & Review*, 6(4), 406-420. Doi 10.1111/jftr.12048.
- Paquette, D., Bolte´c, C. Turcotte, G., Dubeau, D., & Bouchard, C. (2000). A new typology of fathering: Defining and associated variables. *Infant and Child Development*, 9, 213–230.
- Paquette, D., & Bigras, M. (2010). The risky situation: a procedure for assessing the father-child activation relationship. *Early Child Development and Care*, 180(1-2), 33–50. doi:10.1080/03004430903414687
- Paquette, D. (2004a). Dichotomizing paternal and maternal functions as a means to better understand their primary contributions. *Human Development*, 47, 237-238.
- Paquette, D. (2004b). La relation père-enfant et l'ouverture au monde. *Enfance*, 2, 205-225.
- Perry, A., Rollins, A., Grooms, W., & Sabree, R. (2017). Mothers' and Fathers' Report of Coparenting Relationship Quality, Attitudes Toward Father Involvement, and Paternal Prioritized Roles. *Urban Social Work*, 1(2), 165-182.
- Petren, R. E., Ferraro, A. J., Davis, T. R. & Pasley, K. (2017): Factors Linked with Coparenting Support and Conflict After Divorce, *Journal of Divorce & Remarriage*, 58(3), 145-160.
- Puhlman, D. J. & Pasley, K. (2017). The Maternal Gatekeeping Scale: Constructing a Measure. *Family Relations*. doi:10.1111/fare.12287
- Rickel, A., & Biasatti, L. (1982). Modification of the Block Childrearing Report. *Journal of Clinical Psychology*, 38(1), 129-134.
- Roberts, G., Block, J. H., & Block, J. (1984). Continuity and change in parents' child-rearing practices. *Child development*, 55, 586-597.
- Rongfang, J., Kotila, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). Transactional relations between father involvement and preschoolers' socioemotional adjustment. *Journal of Family Psychology*, 26(6), 848-857.
- Rubin, K. H., Burgess, K. B., Dwyer, K. M., & Hastings, P. D. (2003). Predicting preschooler's externalizing behaviors from toddler temperament, conflict, and maternal negativity. *Developmental Psychology*, 39, 164-176.
- Russell, L. T., Beckmeyer, J. J., Coleman, M., & Ganong, L. (2016). Perceived barriers to post-divorce coparenting: Differences between men and women and associations with coparenting behaviors. *Family Relations*, 65, 450-461.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.

- Sameroff, A. J. (2009). Conceptual issues in studying the development of self-regulation. In: Olson, S. L., & Sameroff, A. J. *Biopsychosocial regulatory processes in the development of childhood behavioral problems*. New York: Cambridge University Press, 1-18.
- Sameroff, A. (2010). A Unified Theory of Development: A Dialectic Integration of Nature and Nurture. *Child Development*; 81(1): 6–22.
- Sameroff A. (2011). Resiliência precoce e suas consequências para o desenvolvimento. In: Tremblay R. E., Boivin M., & Peters, R. De V. (Eds). *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development, 1-6.
- Sampieri, H., Collado, R., & Lucio, C. B. P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso.
- Saraff, A., & Srivastava, H. C. (2009). Pattern and Determinants of Paternal Involvement in Childcare: An Empirical Investigation in a Metropolis of India. *Popul Res Policy Rev*.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. a, Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22(3), 389–398. doi:10.1037/0893-3200.22.3.389
- Schoppe-Sullivan, S. J., Kotila, L., Jia, R., Lang, S. N., Bower, D. J. (2013). Comparisons of levels and predictors of mothers' and fathers' engagement with their preschool aged children. *Early Child 127 Development Care*, 183(3-4), 498–514. doi: 10.1080/03004430.2012.711596
- Scrimgeour, M. B., Blandon, A. Y., Stifter, C. A., & Buss, K. A. (2013). Cooperative coparenting moderates the association between parenting practices and children's prosocial behavior. *Journal of Family Psychology*, 27(3), 506-511. doi: 10.1037/a0032893
- Siegel, S., Castellan Jr., N. J. (2006). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Sobolewski, J. M., & King, V. (2005). The importance of the coparental relationship for nonresident fathers' ties to children. *Journal of Marriage and Family*, 67, 1196–1212. doi:10.1111/j.1741-3737.2005.00210.x
- Solmeyer, A. R., & Feinberg, M. A. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior & Development*, 34, 504-514.
- Souza, C. D. (2018). *Repercussões da coparentalidade e do envolvimento paterno no comportamento da criança pré-escolar em famílias biparentais*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

- Stallman, H. M., & Ohan, J. L. (2016). Parenting style, parental adjustment, and co-parental conflict: Differential predictors of child psychosocial adjustment following divorce. *Behaviour Change*, 33(2), 112–126.
- Tanskanen, A. O., & Erola, J. (2017). Do nonresident fathers compensate for a lack of household resources? The associations between paternal involvement and children's cognitive and educational assessments in the UK. *Research in Social Stratification and Mobility*, 48, 32–40.
- Taylor, R. D., & Wang, M. C. (2000). Resilience across contexts: Family, work, culture and community. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Toth, S. L., Cicchetti, D. (2010). The Historical Origins and Developmental Pathways of the Discipline of Developmental Psychopathology. *Isr J Psychiatry Relat Sci.* 47(2),1-11.
- Turcotte, G., & Gaudet, J. (2009). Conditions favorables et obstacles à l'engagement paternel: un bilan des connaissances. In D. Dubeau, A. Devault & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle*. Québec, Canada: Les presses de l'Université Laval. p. 39-70.
- Valadão, F. S. (2018). *Evidências de Validade do Child-Rearing Practices Report em pais de filhos com idade entre 4 a 6 anos*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.
- Van Egeren, L. & Hawkins, D. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11, 165-178.
- Viry, G. (2014). Coparenting and Children's Adjustment to Divorce: The Role of Geographical Distance from Fathers. *Journal of Divorce & Remarriage*, 55(7), 503-526.
- Waller, M. R., & Emory, A. D. (2014). Parents apart: Differences between unmarried and divorcing parents in separated families. *Family Court Review*, 52(4), 686–703.
- Waller, M. R., & Jones, M. R. (2014). Who Is the Residential Parent? Understanding discrepancies in unmarried parents' reports. *Journal of Marriage and Family*, 76(1), 73–93. <https://doi.org/10.1111/jomf.12087>
- Werner, E.E.A. (1986) Longitudinal study of perinatal risk. In D.C.Farren & J.D. McKinney. *Risk intellectual and psychosocial development*. New York, Academic Press. p. 3-27.
- Weber, L; N. D., Prado, M. P., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J. (2004) Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 17, p. 323-331.
- Zoltowski; A, P, C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., Koller, S. H. (2014). Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-10.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Adaptado da pesquisa mais ampla)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Departamento de Psicologia
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos por meio deste convidá-lo(a) a participar da pesquisa "*Relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares*", que tem como objetivo investigar as relações entre os pais e mães e seu(s) filho(a)s. Esse estudo é importante para um maior aprofundamento do conhecimento sobre as famílias separadas/divorciadas e irá contribuir para melhorar as relações familiares. **Sua participação é voluntária, não remunerada** e consiste em responder uma série de questionários com duração aproximada de uma hora e meia. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins de pesquisa e o **sigilo será garantido**. Apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações. Os questionários receberão apenas um código e as repostas vão ser somadas as repostas das outras famílias. A sua participação na pesquisa pode permitir reflexões sobre suas vivências e sentimentos sobre ser pai ou mãe, o que pode gerar algum desconforto, portanto, caso seja necessário, você poderá ser encaminhado para o Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI) da UFSC. Você pode recusar participar, parar ou desistir da participação a qualquer momento, sem qualquer dano ou punição. A devolução dos resultados da pesquisa será feita em data a ser agendada. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias no referido Termo, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

Eu....., abaixo assinado, declaro através deste documento o meu consentimento em participar desta pesquisa.

RG: _____ Data: _____

Assinatura do participante _____

 Fernanda Martins de Souza
 Psicóloga – CRP 12/12448
 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
 Psicologia da UFSC
 (48) 37219984
 e-mail: fernanda.martinsds@gmail.com

 Profa. Dra. Maria Aparecida Crepaldi
 Orientadora
 Professora titular do departamento de
 Psicologia da UFSC